

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC JOÃO RICARDO NORITOMI

O PARADOXO DA MISÉRIA EM MEIO À RIQUEZA DO PETRÓLEO

Uma análise da militância no Delta do Níger

Rio de Janeiro

2019

CC JOÃO RICARDO NORITOMI

O PARADOXO DA MISÉRIA EM MEIO À RIQUEZA DO PETRÓLEO

Uma análise da militância no Delta do Níger

Trabalho apresentado à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.  
Orientador: CMG (RM1) Otacílio Bandeira Peçanha

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2019

## RESUMO

Desde a década de 1990, diversos autores estudam os mecanismos que relacionam a renda proveniente da exploração de recursos naturais valiosos com o subdesenvolvimento e a ocorrência de guerras civis. No caso da exploração do petróleo, suas particularidades afetam não somente a economia do estado produtor, mas moldam de maneira disfuncional o setor privado, a estrutura governamental e as relações entre o governo e a população, criando um ambiente favorável ao surgimento de conflitos internos. Este estudo tem como propósito investigar a relação entre a riqueza do petróleo e os conflitos internos existentes na região do Delta do Rio Níger, através da análise dos aspectos históricos, econômicos, políticos e étnicos da Nigéria, bem como das características da militância na região, com ênfase no período desde a redemocratização do país, em 1999, até os dias atuais. Para atingir esse propósito, foram tomadas como base as hipóteses propostas por Michael L. Ross sobre a influência que a exploração de recursos naturais valiosos, em particular o petróleo, tem sobre o surgimento de conflitos internos. Analisando os fatos a partir dessa perspectiva, concluiu-se que, embora as questões étnicas e religiosas existentes na Nigéria por si só já proporcionam um ambiente favorável ao surgimento de conflitos, o petróleo teve papel central na construção do contexto em que se desenvolveu a militância no Delta do Níger, bem como para seu ressurgimento após a anistia de 2009.

Palavras-chave: Petróleo; Maldição dos recursos naturais; Delta do Níger; Ross; Nigéria.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1	Histórico da cotação do barril do petróleo entre 1970 e 2016.....	53
FIGURA 1	Regiões da Nigéria, 1960-1963.....	54
FIGURA 2	Estados da Nigéria, 1967-1976.....	54
FIGURA 3	Mãe faminta de 24 anos de idade com criança, Biafra.....	55
FIGURA 4	Estados da Nigéria, desde 1996.....	56
FIGURA 5	Mapa dos estados do Delta do Níger.....	57

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BP	British Petroleum
bpd	Barris por dia
ECOWAS	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental ( <i>Economic Community of West African States</i> – tradução nossa)
IMB	International Maritime Bureau
IYC	Conselho da Juventude Ijaw ( <i>Ijaw Youth Council</i> – tradução nossa).
MEND	Movimento para a Emancipação do Delta do Níger ( <i>Movement for the Emancipation of the Niger Delta</i> – tradução nossa).
MOSOP	Movimento para a Sobrevivência do Povo Ogoni ( <i>Movement for the Survival of the Ogoni People</i> – tradução nossa).
NDA	Vingadores do Delta do Níger ( <i>Niger Delta Avengers</i> – tradução nossa).
NDGJM	Movimento da Justiça da Terraverde do Delta do Níger ( <i>Niger Delta Greenland Justice Movement</i> – tradução nossa)
NDVF	Força de Voluntários do Delta do Níger ( <i>Niger Delta Volunteer Force</i> – tradução nossa).
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PIB	Produto Interno Bruto

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2. O PETRÓLEO COMO CAUSA DE CONFLITOS INTERNOS.....</b>	<b>9</b>
2.1. Enfraquecimento do Estado.....	10
2.2. Ressentimento da população local.....	14
2.3. Incentivo ao separatismo .....	15
2.4. Financiamento de grupos rebeldes .....	16
<b>3. O ESTADO NIGERIANO.....</b>	<b>19</b>
3.1. Período Colonial (1861-1960).....	20
3.2. Independência e Primeira República (1960-1966).....	22
3.3. Golpes militares e Guerra Civil (1966-1970).....	23
3.4. Pós-guerra e choque do petróleo (1970-1979) .....	25
3.5. Segunda República (1979-1983) .....	27
3.6. Segundo Período Militar e Terceira República (1983-1993) .....	28
3.7. Terceiro Período Militar (1993-1999).....	30
3.8. Retorno à democracia - a Quarta República (1999 até os dias atuais) .....	31
<b>4. A MILITÂNCIA NO DELTA DO NÍGER.....</b>	<b>34</b>
4.1. O Delta do Níger .....	34
4.2. Histórico de conflitos no Delta do Níger.....	35
4.3. A militância do Delta do Níger desde a redemocratização .....	38
<b>5. ANÁLISE DA MILITÂNCIA NO DELTA DO NÍGER SOB A PERSPECTIVA DE ROSS.....</b>	<b>43</b>
<b>6. CONCLUSÃO .....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>48</b>
<b>ANEXO A.....</b>	<b>53</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A independência da Nigéria, concedida pelo Reino Unido em 1960, poderia ter representado o nascimento de uma potência africana. Possuidora de um vasto território, da maior população do continente e de uma promissora reserva petrolífera, a Nigéria era vista pela comunidade internacional como uma grande esperança, um exemplo de uma democracia funcional que lideraria o continente rumo à estabilidade e ao desenvolvimento. Entretanto, apesar de sua produção de petróleo ter crescido até ser a maior da África e a 12ª do mundo, nesse tempo sua população enfrentou uma guerra civil marcada pela fome, foi submetida a seguidos governos autoritários e ainda hoje convive com o subdesenvolvimento e com violentos conflitos internos.

No Delta do Níger, a situação é paradoxal: detentora da quase totalidade das reservas petrolíferas da Nigéria, a região apresenta os maiores índices de desemprego do país, com sua população vivendo em meio à destruição ambiental e a violentos ataques de grupos militantes.

Desde a década de 1990, acadêmicos debruçam-se sobre a chamada “maldição dos recursos naturais”<sup>1</sup>, buscando explicar como países agraciados com a abundância de recursos naturais falharam em traduzir essa riqueza em desenvolvimento econômico, democracia e segurança para suas populações. Em vez disso, as fartas receitas provenientes da exploração dessas riquezas contribuíram para o declínio das demais atividades produtivas, a perpetuação de regimes autoritários e o surgimento de grupos insurgentes violentos e oportunistas.

O presente estudo tem como propósito investigar a relação entre a riqueza do petróleo e os conflitos internos existentes na região do Delta do Rio Níger, através da análise dos aspectos históricos, econômicos, políticos e étnicos do país, bem como das características

---

<sup>1</sup> O termo *resource curse* foi utilizado pela primeira vez pelo economista britânico Richard M. Auty, em 1993.

da militância na região, com ênfase no período desde a redemocratização do país, em 1999, até os dias atuais.

A relevância deste trabalho reside, primeiramente, no fato da Nigéria estar inserida no entorno estratégico brasileiro, sendo um Estado limdeiro ao Atlântico Sul. Em segundo lugar, o presente estudo reveste-se de importância face à condição do Brasil de Estado exportador de petróleo. A descoberta de petróleo na camada pré-sal, em 2006, agraciou o país com vastas reservas de petróleo, porém tornou-o também vulnerável aos problemas políticos, econômicos e sociais associados à maldição dos recursos naturais.

Para atingir o propósito enunciado, foi tomado como base o artigo “Como os recursos naturais influenciam as guerras civis? Evidências de treze casos”<sup>2</sup>, de Michael L. Ross, publicado em 2004. Em seu trabalho, Ross, propõe hipóteses sobre a influência que a exploração de recursos naturais valiosos, em particular o petróleo, tem sobre o surgimento de conflitos internos nos Estados produtores. Adicionalmente, para aprofundar as hipóteses levantadas por Ross, foram utilizados trabalhos de outros autores, com destaque para “O Paradoxo da Abundância: Choques do Petróleo e Petroestados”<sup>3</sup>, de Terry L. Karl, publicado em 1997, e “Guerras do Petróleo”<sup>4</sup>, editado em 2007 por Mary Kaldor, Terry L. Karl e Yahia Said, que detalham as relações entre as receitas do petróleo, a má governança e a falta de democracia.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo é esta breve introdução; no capítulo dois serão apresentados os fundamentos teóricos que servirão de referência para a análise do caso da Nigéria, descrevendo os mecanismos relacionados à

---

<sup>2</sup> Tradução nossa. Título original: “*How Do Natural Resources Influence Civil War? Evidence from Thirteen Cases*”.

<sup>3</sup> Tradução nossa. Título original: “*The Paradox of Plenty: Oil Booms and Petro-States*”.

<sup>4</sup> Tradução nossa. Título original: “*Oil Wars*”.



produção do petróleo que levam os estados produtores ao subdesenvolvimento, à falta de democracia e, eventualmente, ao surgimento de conflitos internos.

No terceiro capítulo, será apresentada a forma como a exploração do petróleo influenciou a história e os aspectos políticos, econômicos e étnico-religiosos da Nigéria desde a sua independência, criando as condições que propiciaram o surgimento dos conflitos internos atuais.

O quarto capítulo apresentará as características da região do Delta do Níger, seguidas do histórico de conflitos internos ocorridos na região desde a independência da Nigéria, com maior ênfase no período que se seguiu à redemocratização, em 1999.

No quinto capítulo, a partir da análise das características do Estado nigeriano e da militância no Delta do Níger, procurar-se-á identificar os mecanismos propostos no capítulo dois para o surgimento de conflitos internos, estabelecendo ligações diretas ou indiretas entre a riqueza do petróleo e a origem dos conflitos no Delta do Níger.

Por fim, o sexto capítulo será composto pelas conclusões e considerações finais do autor, recapitulando pontos-chaves da pesquisa e consubstanciando o propósito do trabalho.

## 2. O PETRÓLEO COMO CAUSA DE CONFLITOS INTERNOS

Para um Estado subdesenvolvido, a posse de grandes reservas de um recurso natural valioso, como o petróleo, poderia representar um atalho para o desenvolvimento. Entretanto, apesar da nacionalização das companhias petrolíferas e da explosão do preço do petróleo a partir da década de 1970, acontecimentos que juntos produziram uma massiva transferência de renda dos países consumidores para os produtores de petróleo, estados como Argélia, Angola, Colômbia, Nigéria, Sudão e Iraque foram marcados não só pelo subdesenvolvimento, mas por décadas de guerra civil.

Desde a década de 1990, diversos autores estudam os mecanismos que relacionam a renda proveniente da exploração de recursos naturais valiosos com o subdesenvolvimento e a ocorrência de guerras civis. No caso da exploração do petróleo, suas particularidades afetam não somente a economia do estado produtor, mas moldam de maneira disfuncional o setor privado, a estrutura governamental e as relações entre o governo e a população, criando um ambiente favorável ao surgimento de conflitos internos.

Em seu artigo “Como os recursos naturais influenciam as guerras civis? Evidências de treze casos”, publicado em 2004, Michael L. Ross apresentou as seguintes hipóteses de como os recursos naturais levam ao surgimento de conflitos internos:

- a) a receita da exploração de recursos naturais enfraquece o Estado, por tornar desnecessária a cobrança de impostos da população, tornando-o menos responsivo aos seus cidadãos e reduzindo a sua capacidade de resolver conflitos sociais;
- b) a exploração de recursos naturais provoca o ressentimento na população local, em função de desapropriação de terras sem a compensação adequada, degradação ambiental, oportunidades de trabalho insuficientes e migração de mão de obra;

- c) a exploração de recursos naturais incentiva o separatismo, dando à população local uma motivação financeira ao estabelecimento de um Estado independente, principalmente quando é localizada numa região periférica ou habitada por uma minoria étnica; e
- d) os recursos naturais permite que grupos rebeldes se financiem, seja através de sua extração clandestina e venda no mercado negro ou da extorsão da indústria extrativa.

Em seguida, analisaremos de forma mais ampla as hipóteses de Ross sobre o surgimento de conflitos, correlacionando-as com os efeitos que a riqueza oriunda da exploração do petróleo tem sobre o governo, a economia e a sociedade dos estados produtores, descritos nos trabalhos de Terry L. Karl (1997 e 1999), de Mary Kaldor, Terry L. Karl e Yahia Said (2007) e do próprio Michael L. Ross (2015).

## **2.1. Enfraquecimento do Estado**

A imensa renda proveniente do petróleo permite que o Estado não dependa da cobrança impostos da população, o que, por sua vez, influencia o relacionamento entre o governo e a sociedade. Segundo Ross (2015), o volume e a origem das receitas do governo possibilitam a perpetuação de regimes autoritários, facilitam a repressão a movimentos oposicionistas, fragilizam a economia e tornam o país vulnerável às variações no preço do petróleo. A deterioração nas instituições e a reduzida capacidade de resolver conflitos sociais tornam o Estado mais suscetível ao surgimento de conflitos internos.

Enquanto os governos dos países desenvolvidos são financiados por fontes internas, como a arrecadação de impostos, os de países em desenvolvimento dependem de fontes externas de receita, principalmente as oriundas da exportação de commodities. A origem da receita do governo influencia significativamente o caráter do Estado, moldando a estrutura

governamental e seu relacionamento com a sociedade e com o setor privado, conforme colocado por Karl (1997):

“É relevante se um Estado depende da taxaço de atividades extrativistas, produ o agrícola, ajuda estrangeira, remessa de dinheiro ou empréstimos internacionais, porque essas diferentes fontes de receita, quaisquer que sejam seus méritos econômicos ou significado social, têm um impacto poderoso (e bastante diferente) no desenvolvimento institucional do Estado e sua habilidade de empregar pessoal, subsidiar programas sociais e econômicos, criar novas organiza es e direcionar as atividades de interesses privados” (KARL, 1997, l. 228. Tradu o nossa).<sup>5</sup>

Na maioria dos países, o petróleo   propriedade estatal, com sua renda fluindo para o governo através de companhias petrolíferas estatais ou da tributa o de companhias estrangeiras. Governos autoritários usam essa imensa renda para fortalecer sua base de apoio, distribuindo vantagens de acordo com seus cr terios políticos. Benefícios populistas, como gasolina a preços subsidiados, conquistam o apoio popular e aumentam a tolerância da sociedade ao autoritarismo e   incompetência do governo. Em período de elei es, o aumento na distribu o de subsídios e as doa es de companhias petrolíferas garantem a continuidade do regime (KALDOR; KARL; SAID, 2007).

Entretanto, essa mesma abordagem clientelista tem também um efeito contrário: ela gera insatisfa o e revolta na parcela da popula o ou regiões do país que não se encaixam nos cr terios governamentais de distribu o de favores. A desigualdade na aplica o dos recursos do petróleo em diferentes regiões de um Estado, principalmente quando coincide com diferenças únicas ou religiosas, aumenta o potencial de um conflito interno. A repressão a esses movimentos oposicionistas   garantida com a compra da lealdade das Forças Armadas, através do aumento dos gastos militares e da distribu o de cargos a oficiais de alta patente, como

---

<sup>5</sup> “It matters whether a state relies on taxes from extractive activities, agricultural production, foreign aid, remittances, mittances, or international borrowing because these different sources of revenues, whatever their relative economic merits or social import, have a powerful (and quite different) impact on the state's institutional development opment and its abilities to employ personnel, subsidize social and economic nomic programs, create new organizations, and direct the activities of private interests.”

ministérios e direção de companhias estatais, tornando as lideranças militares cúmplices do governo central (ROSS, 2015).

Esse comportamento rentista<sup>6</sup> não se limita ao governo. A disputa política torna-se uma luta pelo acesso à imensa receita do petróleo, seja através das urnas ou das armas. A iniciativa e empreendedorismo dos cidadãos são substituídos pela procura por benefícios ou cargos públicos. Empresários, acostumados com subsídios e incentivos fiscais, contam sempre com o governo para resolver seus problemas. O acesso pernicioso ao dinheiro fácil fragiliza verticalmente a sociedade, aumentando a sua dependência no governo e nos petrodólares<sup>7</sup> (KARL, 1999).

A dependência dos governos dos petroestado<sup>8</sup> na renda do petróleo é incrivelmente desproporcional. Na Nigéria, por exemplo, o setor de petróleo e gás respondeu por 8,42% do produto interno bruto (PIB) em 2016 (NBS, 2017), mas financiou em 65% o orçamento do governo federal no mesmo ano (EITI, 2019). Assim, o orçamento à disposição de um governo para a manutenção de seu suporte político, através da distribuição de favores e de políticas populistas, bem como para a repressão a movimentos opositoristas, é criticamente afetado pela volatilidade dos preços do petróleo no mercado internacional. O valor do barril de petróleo é extremamente sensível aos caprichos da economia e da geopolítica mundial, sendo influenciado pela variação na demanda em função do crescimento econômico dos países

---

<sup>6</sup> Rentismo é a busca por renda através da apropriação de riqueza já existente, por meio da manipulação do ambiente social ou político, em vez de através de atividades que produzam nova riqueza. Em muitos casos, indivíduos ou empresas rentistas usam sua posição ou seus recursos para obter benefícios adicionais do governo, como cargos, subsídios, concessões e proteções tarifárias (MAJASKI, 2019).

<sup>7</sup> O termo petrodólar refere-se à renda da exportação do petróleo em dólares estadunidenses, que fluem dos Estados consumidores para os produtores. Sua grandeza depende do preço de venda do petróleo e do volume exportado, que por sua vez depende da produção. Independente do sistema de administração de preços adotado, o preço real de mercado do petróleo depende, de um lado, da quantidade produzida e, do outro, da demanda global (OWEISS, 1990).

<sup>8</sup> Terry L. Karl chamou de petroestados os países exportadores de petróleo, em função do efeito avassalador que a dependência nos petrodólares tem em suas instituições (KARL, 1999).

consumidores, pela quantidade de petróleo produzida pelos países exportadores e por eventos geopolíticos nas regiões produtoras, como guerras, embargos e revoluções (GRAF. 1).

Quando ocorre uma alta no preço do barril de petróleo, os petroestados aumentam os gastos públicos, investindo em grandes planos de desenvolvimento e industrialização, transformando um aumento temporário de renda em despesas permanentes. Apesar desse aumento de investimentos do governo aquecer a economia, ele traz resultados perversos no longo prazo, através do fenômeno conhecido como “doença holandesa”<sup>9</sup>. Com a forte entrada de dólares na economia, a moeda local fica supervalorizada, desestimulando as demais exportações do país, principalmente da indústria e agricultura. Os demais setores da economia são afetados também pela escassez de capital e mão de obra, atraídos pela renda do setor petrolífero, aumentando os custos de captação de recursos para investimentos e os gastos com salários. A entrada de capital na economia provoca também a elevação da inflação, aumentando o custo dos insumos necessários à indústria e à agricultura. Essa conjuntura torna mais barato importar do que produzir no próprio país, sufocando esses setores produtivos, agravando o desemprego e aumentando a dependência do país nos petrodólares. (EZEALA-HARRISON, 1993).

Por outro lado, quando o preço do petróleo cai, em função do aumento da produção ou de uma crise econômica global, a renda dos governos dos petroestados despenca. O efeito é devastador. Os gastos adicionais, criados no período de alta, não têm como ser sustentados, resultando no aumento do endividamento do governo, deterioração dos serviços públicos e corte de subsídios e benefícios. Devido à dependência do setor privado nos subsídios e investimentos do governo, a economia como um todo entra em declínio, elevando o desemprego a níveis críticos. O corte do subsídio da gasolina, por exemplo, afeta diretamente a população,

---

<sup>9</sup> A revista *The Economist* cunhou o termo “doença holandesa” em 1977, referindo-se ao conjunto de efeitos negativos que a descoberta de grandes reservas de gás natural na Holanda, em 1959, teve na economia do país, principalmente na indústria e na agricultura (ROSS, 2015).

dependente do combustível barato, aumentando a insatisfação e criando um clima propício ao surgimento de conflitos internos.

## **2.2. Ressentimento da população local**

Nas regiões onde ocorre a extração do petróleo, a degradação sistemática do meio ambiente, a inabilidade de prover empregos para populações com pouca qualificação, o aumento da criminalidade e da prostituição e a elevação do custo de vida ao redor de instalações petrolíferas criam um forte ressentimento local, que pode ser usado por grupos rebeldes para conquistar apoio popular e recrutar novos militantes (KALDOR; KARL; SAID, 2007).

A relação de cumplicidade entre o governo e as companhias petrolíferas estrangeiras produz, entre outros resultados negativos, uma legislação ambiental permissiva e uma fiscalização frouxa, permitindo que as empresas petrolíferas invistam menos na prevenção da poluição a fim de maximizar seus ganhos. A poluição provocada por frequentes derramamentos de óleo no mar e nos rios destrói a vida aquática e as plantações, tornando a água imprópria para a pesca e inutilizando grandes áreas de cultivo. Os oleodutos, que se espalham por áreas gigantescas, são condutores para a chuva ácida, desmatamento e destruição da vida silvestre (KALDOR; KARL; SAID, 2007).

Além de ameaçar meios tradicionais de subsistência, como a pesca e a agricultura, a exploração e a produção de petróleo geram poucos empregos. A indústria petrolífera é intensiva em capital, demandando instalações e equipamentos caros, mas necessitam de relativamente pouco trabalho. A Arábia Saudita, por exemplo, é o maior produtor de petróleo do mundo, com o petróleo e o gás natural representando cerca de 90% de seu PIB. No entanto, esses setores empregam apenas 1,6% da força de trabalho ativa e 0,35% da população total. A construção de uma única plataforma de petróleo pode custar mais de US\$ 500 milhões, porém, uma vez posicionada, ela opera com menos de duas centenas de pessoas (ROSS, 2015). Por

outro lado, a operação de equipamentos caros e complexos demanda um nível de qualificação elevado, dificilmente encontrado entre os trabalhadores locais. Assim, grande parte das vagas de emprego é ocupada por trabalhadores estrangeiros.

A produção de petróleo gera pouca interação com a economia local. Além de operar com trabalhadores estrangeiros e oferecerem poucos empregos para a população local, as petrolíferas também compram pouco de empresas locais, funcionando como um enclave econômico. Seus equipamentos são altamente especializados, sendo normalmente importados de países de alta renda. A mão de obra e os materiais utilizados na construção das instalações de produção também costumam vir de fora da região produtora. Até mesmo as infraestruturas de comunicações, geração de energia elétrica, purificação de água e tratamento de esgoto podem ser próprias, segregadas das redes públicas, sem beneficiar a população local (ROSS, 2015).

O influxo de trabalhadores e outras pessoas atraídas pela riqueza da indústria petrolífera acaba por sobrecarregar a infraestrutura da região produtora. Os índices de criminalidade disparam, junto com a prostituição e a disseminação de doenças correlatas (GRZYBOWSKI, 2012). Outro efeito é a entrada da renda desses trabalhadores na economia local, que leva a uma elevação de preços e ao aumento do custo de vida na região, marginalizando a parcela da população que não tem acesso às oportunidades geradas pelo petróleo.

### **2.3. Incentivo ao separatismo**

Nos casos em que a exploração de petróleo é concentrada em regiões periféricas de um país, afastada do governo central, principalmente em áreas de predominância de minorias étnicas ou religiosas, o ressentimento pode incentivar o surgimento de iniciativas separatistas,



com a possibilidade de deflagração de uma guerra civil. Ainda que não haja iniciativas separatistas, os ressentimentos étnicos ou religiosos preexistentes podem ser agravados, levando ao recrudescimento da violência (ROSS, 2004).

Quando a população da região produtora usufrui dos benefícios que a indústria petrolífera tem a oferecer, ela tem poucas razões para pensar em secessão. Ainda que a renda do petróleo possa trazer benefícios ainda maiores em caso de independência, o custo de oportunidade para o cidadão, ao largar seu trabalho e a segurança de sua vida civil para juntar-se ao exército rebelde, é alto demais (ROSS, 2015).

Já no caso descrito no item 2.2, onde a população está à margem das benesses da renda do petróleo e sofre com a degradação ambiental e a disrupção social causadas pela indústria petrolífera, o custo de oportunidade é baixo: o cidadão não tem muito a perder. Assim, o ressentimento dos habitantes da região produtora pode levar os líderes locais a flertar com a ideia de estabelecer um Estado independente ou, no mínimo, exigir que uma maior parcela da renda do petróleo seja aplicada em sua região. No entanto, a pouca transparência das receitas do petróleo torna difícil a negociação entre separatistas e o governo (ROSS, 2015).

Entretanto, a riqueza do petróleo pode não ser, por si só, suficiente para deflagrar um conflito separatista. Ela se mostra muito mais perigosa quando é combinada com ressentimentos étnicos ou religiosos preexistentes. Entre os anos de 1960 e 2010, de dezesseis conflitos separatistas que ocorreram em países produtores de petróleo, quinze ocorreram em regiões tradicionalmente habitadas por minorias étnicas ou religiosas (ROSS, 2015).

#### **2.4. Financiamento de grupos rebeldes**

Os recursos naturais aumentam a probabilidade de uma guerra civil ao servir como fonte de financiamento a grupos rebeldes, seja através da extração e venda direta desses

recursos ou da extorsão de quem o faz, tornando a insurgência exequível e até atraente. Os fundos arrecadados servem para a compra de armamentos e outros equipamentos bélicos, para o sustento e o treinamento das milícias e também para a propagação da ideologia rebelde (ROSS, 2004).

As vastas redes de oleodutos associadas à produção de petróleo são alvos fáceis para quadrilhas de criminosos ou grupos rebeldes. O *bunkering*, como é chamado o furto de óleo cru ou de produtos refinados, é uma atividade altamente lucrativa e supre toda uma cadeia ilegal de combustíveis, que inclui até navios tanque e refinarias clandestinas. As conexões clandestinas são feitas até em cabeças de poços submarinos, utilizando mão de obra e equipamentos altamente especializados. O petróleo desviado é encaminhado para refinarias clandestinas no próprio país ou contrabandeado para Estados vizinhos, de onde é exportado como um produto legítimo (RALBY, 2017). Uma única plataforma em Gana, por exemplo, exportou em 2013 quase cinco vezes mais petróleo do que a sua produção média, levantando suspeitas quanto ao destino do petróleo roubado na vizinha Nigéria (FAUCON; HINSHAW, 2014).

Em paralelo ao furto do óleo cru e de combustíveis refinados, as instalações petrolíferas e seus funcionários são vulneráveis também à extorsão e ao sequestro. Em função dos enormes investimentos imobilizados em instalações fixas, como oleodutos, refinarias e estações de bombeamento, que não são facilmente vendidos ou movidos para outras regiões, as companhias petrolíferas continuam operando mesmo em situações de conflito. Dado o peso da renda do petróleo nas finanças do governo, é comum que as petrolíferas fechem acordos para o uso de forças governamentais para a proteção de seus ativos fixos, muitas vezes de maneira violenta e repressiva, agravando a crise. Por outro lado, a enorme margem de lucro da atividade de exploração do petróleo permite que as empresas invistam alto em segurança privada, às vezes contratando os próprios insurgentes para protegerem - ou deixarem de atacar - as suas

instalações, bem como estão dispostas a pagar grandes resgates quando seus funcionários são sequestrados (ROSS, 2015).

Apresentadas as hipóteses da influência dos recursos naturais no surgimento de conflitos internos, enriquecidas com as particularidades da exploração do petróleo e suas consequências, no próximo capítulo serão estudados os aspectos históricos, políticos, sociais e econômicos da Nigéria.

### 3. O ESTADO NIGERIANO

Em junho de 1956, após meio século de pesquisas, uma operação conjunta das companhias Royal Dutch Shell (Shell), holandesa, e British Petroleum (BP), britânica, descobriu petróleo na região do Delta do Níger, no sul da Nigéria, então um protetorado britânico. Dois anos mais tarde, entrava em operação o primeiro poço de petróleo do país, produzindo 5.100 barris por dia (bpd).

Atualmente, a Nigéria produz 2.057.000 bpd<sup>10</sup>, principalmente na região do Delta do Níger, tendo atingido a um pico de 2.631.000 bpd em 2005, figurando como o maior produtor de petróleo da África e o 12º do mundo (EIA, 2019). Respondendo por 13% do PIB e 86,5% das exportações do país (OPEC, 2019), a exploração do petróleo exerce um papel dominante na economia e responde por 65% do orçamento do governo federal, influenciando a trajetória da Nigéria desde a sua independência, em 1960.

Apesar de toda essa riqueza, ano passado a Nigéria ultrapassou a Índia como o país com o maior número absoluto de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, com 47,7% de seus 197 milhões de habitantes sobrevivendo com menos de US\$ 1,90 por dia (WORLD POVERTY CLOCK, 2019).

A fim de permitir uma melhor compreensão desse paradoxo, neste capítulo será apresentada uma análise histórica da Nigéria, desde o período colonial até os dias atuais, detalhando os aspectos políticos, sociais e econômicos que caracterizaram o Estado Nigeriano, bem como buscando identificar os fatos que contribuíram para o surgimento dos atuais conflitos internos do país.

---

<sup>10</sup> Produção média em 2018 (EIA, 2019).

### 3.1. Período Colonial (1861-1960)

A região hoje ocupada pela Nigéria era o lar de mais de 250 etnias distintas e independentes, englobando desde sociedades tribais rudimentares até potências regionais, como o Império do Benin e o Califado de Sokoto. A partir da conquista de Lagos, em 1861, os britânicos expandiram seus domínios na região, através do emprego da força militar e da assinatura de tratados com reis e chefes tribais locais.

Em 1900, foram criados os Protetorados do Norte e do Sul da Nigéria, cuja separação e individualidade eram encorajadas pelos britânicos. As regiões foram administradas de forma independente e até antagônica, até que, em 1914, o Reino Unido decidiu por sua amalgamação, a fim de que o déficit orçamentário da região norte, mais protegida pelos britânicos, fosse compensado pelas receitas geradas pela região sul, mais próspera, reduzindo assim as despesas do governo colonial (NWANKWO; IFEJIKA, 1969).

A amalgamação de 1914 foi um contrassenso em qualquer outro aspecto, sendo frequentemente considerada a raiz do relacionamento conflituoso entre as duas regiões. O Protetorado do Norte da Nigéria, habitado majoritariamente por hausas e fulanis, foi no passado o centro de um império islâmico pré-colonial, o Califado de Sokoto, e sua população muçulmana até hoje mantêm laços sociopolíticos fortes com o Oriente Médio e o mundo islâmico em geral. O Protetorado do Sul, habitado por iorubás, ibos e diversas minorias étnicas, era predominantemente cristão, com maior influência ocidental e da cultura africana tradicional (OCHONU, 2014).

Apesar dessas diferenças serem fonte de desconfiança e de contínua discordância política entre as regiões, o governo britânico insistiu na manutenção da unidade da Nigéria durante a preparação para a independência. Uma Nigéria forte, simpática ao ocidente, serviria aos britânicos como um veículo para seus interesses no continente africano. Por outro lado, sua

dissolução em vários pequenos estados abriria o caminho para a influência indesejável de outras potências, inclusive de países comunistas (UCHE, 2008).

Entre 1947 e 1959, lideranças nacionalistas nigerianas de diferentes regiões, etnias e religiões reuniram-se em uma série de conferências para negociar a transição para o autogoverno. Durante essas interações, os efeitos da unificação colonial arbitrária se manifestaram através de diferenças irreconciliáveis. Esses antagonismos étnicos e religiosos eram tão profundos que Sir Ahmadu Bello, um líder muçulmano hausa, declarou a Nigéria como “o erro de 1914”<sup>11</sup>, num discurso no Parlamento, em 1953. Em seu livro *Path to Nigeria Freedom*, de 1947, o Chefe Obafemi Awolowo, um proeminente nacionalista cristão iorubá, a chamou de “uma mera expressão geográfica” (OCHONU, 2014).

“A Nigéria não é uma nação, é uma mera expressão geográfica. Não existem nigerianos no mesmo sentido em que existem ingleses, galeses ou franceses. A palavra Nigéria é meramente uma denominação distintiva, criada para diferenciar aqueles que moram dentro das fronteiras da Nigéria dos que não moram.” (AWOLOWO, 1947 *apud* EKPU, 2017. Tradução nossa).<sup>12</sup>

No campo econômico, a agricultura era a principal atividade da Nigéria colonial, tendo como principais produtos de exportação o cacau, algodão, amendoim e óleo de palma. A existência de petróleo na região foi objeto de longa especulação, com licenças de pesquisa sendo concedidas desde 1921. Entretanto, tentativas mais sérias de encontrar petróleo só começaram em 1937, quando a Shell-BP se instalou no leste da Nigéria. Em 1956, a companhia encontrou petróleo em quantidades comerciais em Oloibiri, no coração do Delta do Níger. Dois anos depois teve início a produção e, em 1960, a produção de petróleo na Nigéria havia atingido 17.500 bpd (EKUNDARE, 1973).

---

<sup>11</sup> Sir Ahmadu Bello, em um discurso em Lagos, 1953, declarou: “*The mistake of 1914 has come to light, and I should like it to go no further!*” (FORSYTH, 2015).

<sup>12</sup> “*Nigeria is not a nation, it is a mere geographical expression. There are no “Nigerians” in the same sense as there are “English” or “Welsh” or “French”. The word Nigeria is merely a distinctive appellation to distinguish those who live within the boundaries of Nigeria from those who do not.*”

### 3.2. Independência e Primeira República (1960-1966)

Em 1º de outubro de 1960, a Nigéria finalmente obteve a sua independência do Reino Unido, tornando-se uma federação dividida em três regiões (FIG. 1): a Região Norte, com mais da metade da população do país; a Região Oeste, com a capital Lagos; e a Região Leste, englobando os campos petrolíferos do Delta do Níger. Havia três partidos políticos dominantes, cada um representando os interesses particulares dos grupos étnico majoritários de suas respectivas regiões. O equilíbrio entre as regiões dava-se entre a vantagem política do Norte, por seu tamanho e população, e a vantagem econômica das duas regiões do Sul, fontes dos principais produtos agrícolas de exportação. Os iurubás e ibos do sul, mais instruídos e qualificados que os hausas-fulanis do norte, ainda ocupavam os cargos mais importantes na burocracia estatal (LOVEJOY, 1992).

Em meio a esse instável ambiente político, a Nigéria fez como outros Estados africanos após suas independências, adotando uma estratégia de industrialização baseada na substituição de importações. O Plano de Desenvolvimento Nacional, lançado em 1962, apesar de ter entregue obras importantes de infraestrutura, como a usina hidrelétrica de Kanji e a termelétrica de Ughelli, não foi bem sucedido, principalmente devido à dependência de *know-how* estrangeiro e da incapacidade de absorver as tecnologias e conhecimentos adquiridos (CHETE *et al*, 2014).

A primeira grande ruptura no frágil tecido nacional surgiu no censo populacional de 1962. Como os dados demográficos serviam como base para o número de assentos que cada região tinha direito no parlamento, bem como eram o principal critério para a divisão de recursos entre as três regiões, o censo transformou-se numa disputa pelo controle da Federação. Os partidos envolveram-se em todo tipo de ilegalidades, como fraudes, falsificação de dados e até violência eleitoral. Depois de um primeiro resultado ter sido rejeitado pelos líderes sulistas, um novo censo foi realizado em 1963, apontando 29.758.975 de habitantes na Região Norte,

53% da população nacional de 55.620.268 pessoas, eliminando qualquer esperança que os sulistas poderiam ter de controlar a Federação (OSAGHAE, 1992).

### **3.3. Golpes militares e Guerra Civil (1966-1970)**

Em janeiro de 1966, um grupo de jovens oficiais do Exército tentou tomar o poder. Numa ação bem coordenada, os conspiradores, em sua maioria ibos, assassinaram o Primeiro-Ministro e diversos líderes políticos e oficiais de alta patente de origem nortista. Num pronunciamento público, os líderes do golpe prometeram estabelecer um governo forte e eficiente, que combateria a corrupção e acabaria com a violência. Mesmo com o caráter frio e violento do golpe, essas promessas conquistaram apoio entre a população mais jovem e escolarizada, em todas as regiões (LOVEJOY, 1992).

O Comandante-em-Chefe do Exército, Major General Johnson Aguiyi Ironsi, também ibo, interveio rapidamente para restabelecer a disciplina dentro do Exército e assumiu o governo. Buscando eliminar o regionalismo que impedia o desenvolvimento político e econômico da Nigéria, Ironsi substituiu a estrutura federal por um governo unitário.

Entretanto, a falta de punição para os assassinatos de líderes nortistas, aliada à ampla participação de ibos no golpe e em posições-chaves no novo governo, fez o movimento ser visto como um complô ibo para controlar o Estado, elevando a temperatura do caldeirão étnico da Nigéria. Em cidades no Norte, multidões perseguiram residentes ibos, massacrando centenas e destruindo suas propriedades (LOVEJOY, 1992).

Em julho de 1966, seis meses após o primeiro golpe, oficiais nortistas deram um contragolpe, assassinando Ironsi e vários outros oficiais ibos. O Tenente Coronel Yakubu Gowon foi empossado como novo chefe do governo militar federal. Em setembro de 1966, os ataques contra ibos na Região Norte recomeçaram, com uma ferocidade sem precedentes, com o número estimado de mortos chegando a trinta mil pessoas. Mais de um milhão de ibos



deixaram as áreas de conflito, num êxodo em massa em direção à Região Leste, em busca de segurança. Em retaliação, nortistas foram mortos em Port Harcourt e em outras cidades do Leste (LOVEJOY, 1992).

Em março de 1967, o governo federal anunciou a substituição das quatro regiões por doze estados (FIG. 2). Apesar de reduzir a hegemonia da Região Norte, dividindo-a em seis estados, essa manobra também dividiu a Região Leste nos estados Centro-Leste, Sudeste e Rios, retirando do domínio dos ibos os poços de petróleo do Delta do Níger, responsáveis por grande parte da produção nacional. Somada à perseguição genocida aos ibos no norte, essa manobra foi o estopim para a secessão da Região Leste e a declaração, em 30 de maio de 1967, da independência da República de Biafra (MURRAY, 1971).

A Guerra de Biafra, como ficou conhecida a Guerra Civil Nigeriana, destacou-se pelo envolvimento internacional no conflito. O Reino Unido tinha cerca de £425 milhões investidos na Nigéria, sendo £250 milhões somente através da petrolífera Shell-BP, responsável por 84% dos 580.000 bpd que o país produzia ao início do conflito. O petróleo nigeriano representava 10,3% do total importado pelos britânicos, tornando-se ainda mais importante com o bloqueio do Canal de Suez a partir de junho de 1967, devido à Guerra dos Seis Dias. O governo britânico decidiu pelo apoio ao governo federal, a fim de trazer o conflito a um rápido desfecho e assim garantir seu fornecimento de petróleo. Os britânicos forneceram armas e informações de inteligência à Nigéria, além de facilitar a contratação de mercenários (UCHE, 2008).

A França, por sua vez, tinha interesses tanto políticos quanto econômicos na vitória de Biafra. Uma Nigéria unida, sob influência britânica, era uma ameaça aos interesses franceses, cujos domínios coloniais na região haviam sido divididos em pequenos países. O petróleo da Região Leste, agora Biafra, também interessava aos franceses, que lá operavam com a

SAFRAP<sup>13</sup>. Além de explorarem poços em áreas de domínio ibo, os franceses acreditavam que, em caso de sucesso dos rebeldes, a SAFRAP poderia herdar as instalações e poços da britânica Shell-BP, vista como apoiadora do governo federal. A França foi um dos principais fornecedores de armas à Biafra, ainda que de forma clandestina (UCHE, 2008).

Também houve envolvimento da ex-União Soviética, que viu no conflito uma oportunidade de aumentar sua influência na África. Os soviéticos forneceram armas e equipamentos para o governo federal, inclusive aviões de combate pilotados por mercenários. No outro lado do conflito, o conde sueco Carl Gustaf Ericsson von Rosen recriou a Força Aérea de Biafra, com pilotos voluntários e aviões civis de treinamento, armados de maneira improvisada com lançadores de foguetes (BAXTER, 2014).

A Guerra de Biafra chocou o mundo com a divulgação de imagens de crianças famintas e subnutridas (FIG. 3). Na medida em que as tropas federais avançavam, a população recuava, lotando campos de refugiados em Biafra. Com o bloqueio federal à entrada de alimentos, cerca de mil pessoas morriam de inanição todos os dias, na maioria crianças, perfazendo um milhão e meio de mortos até o fim da guerra. Em janeiro de 1970, com suas forças desmoralizadas por seguidas derrotas e com sua população morrendo de inanição, Biafra rendeu-se e deixou de existir (CHAN, 2017).

### **3.4. Pós-guerra e choque do petróleo (1970-1979)**

Ao término da Guerra Civil, em 1970, Gowon surpreendeu a todos ao garantir que os civis ibos não seriam tratados como inimigos derrotados. Pelo contrário, concedeu ampla anistia e lançou um programa para reintegrar os rebeldes biafrenses de volta a uma Nigéria unificada. Os militares ibos foram logo reincorporados às Forças Armadas (LOVEJOY, 1992).

---

<sup>13</sup> *Société Anonyme Française de Recherches et d'Exploitation Pétrolières.*

No início da década de 1970, os preços do petróleo dispararam e a produção nigeriana aumentou rapidamente, chegando a 2.250.000 bpd em 1973 (OPEC, 2019). Em 1971, a Nigéria entrou para a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). O controle estatal sobre a extração, refino e distribuição do petróleo tornava o governo a fonte dominante de capital. Para capitalistas com boas conexões, a atividade econômica produtiva perdeu o apelo. A manipulação do gasto público tornou-se a principal via de enriquecimento (NAFZIGER, 1992).

O crescimento da renda do petróleo financiou o Segundo Plano de Desenvolvimento Nacional (1970-1974), com o objetivo de recuperar a infraestrutura destruída na Guerra Civil e corrigir as falhas da estratégia de substituição de importações. A iniciativa de industrialização passou definitivamente do setor privado para o público, com grandes investimentos estatais em projetos caros e ambiciosos. Entretanto, a falta de capacidade tecnológica impediu a Nigéria de avançar além das fases elementares desses projetos, levando muitos a serem cancelados ou abandonados (CHETE *et al*, 2014).

Também incentivados pela renda do petróleo, os setores de serviços e construção civil entraram em expansão, atraindo a mão de obra do campo para as regiões urbanas, levando à estagnação do setor agrícola. O setor foi ainda desincentivado por políticas governamentais de controle de preços de produtos agrícolas. Como resultado, as exportações de *commodities* agrícolas, como óleo de palma, amendoim e algodão, declinaram rapidamente. A partir de 1975, a Nigéria foi forçada a importar produtos agrícolas básicos, como arroz e mandioca, para suprir a demanda doméstica, uma situação que se tornou crítica no fim da década, devido à queda do preço do petróleo e ao rápido crescimento da população. (AJAYI *et al*, 2019)

Em 1975, em meio a escândalos de corrupção envolvendo tanto o setor público quanto o privado, Gowon anunciou que não cumpriria a previsão de retorno à democracia em 1976. Um novo golpe militar depôs Gowon, desta vez sem assassinatos, empossado em seu

lugar o General Murtala Ramat Mohammed, um dos líderes por trás do segundo golpe de 1966 (LOVEJOY, 1992).

Numa tentativa de romper com o regime anterior e recuperar a confiança no governo, Murtala Mohammed demitiu mais de 10.0000 funcionários públicos, sob acusações de corrupção e incompetência. O novo governo também iniciou a desmobilização de 100.000 militares, remanescentes do período da Guerra Civil. Mohammed também retomou a preparação para o retorno à democracia, programando eleições livres para 1979 (LOVEJOY, 1992).

Por sua liderança decisiva num período de rápido crescimento econômico, Murtala Mohammed conquistou grande apoio popular, alcançando o status de heróis nacional. Ainda assim, em fevereiro de 1976, um grupo de militares ligados a Gowon, insatisfeitos com a desmobilização e com o que viam como tendências comunistas no governo, tentou derrubar o governo, assassinando Murtala Mohammed num golpe mal sucedido (LOVEJOY, 1992).

O General Olusegun Obasanjo, segundo em comando de Mohammed, deu continuidade ao programa de retorno à democracia. A nova constituição, adotada em 1979, passou a adotar o sistema presidencialista. O texto exigia também que os partidos tivessem representatividade nacional, a fim de acabar com o regionalismo, uma das falhas da Primeira República (LOVEJOY, 1992).

### **3.5. Segunda República (1979-1983)**

Em agosto de 1979, Alhaji Shehu Shagari foi eleito presidente, marcando o início da Segunda República. Com os preços do petróleo em alta, a enorme renda do Estado parecia permitir o desenvolvimento sem limites (LOVEJOY, 1992).

A euforia, entretanto, durou pouco. A partir do meio de 1981, a produção excedente causou uma forte queda no preço do petróleo, impactando seriamente o orçamento do Estado.

Em 1982, a renda do petróleo respondia por 69% de toda a receita do governo federal (OLOWOFESO, 2015). Apesar disso, o gasto público continuou a crescer, com investimentos pesados na indústria, aumentando a dívida externa em 345% entre 1978 e 1982. Junto com o aumento dos gastos, surgiram diversos escândalos de corrupção, inclusive envolvendo as obras da nova capital federal, em Abuja (LOVEJOY, 1992).

Com a queda dos preços do petróleo, a economia entrou num período de rápido declínio. Em 1983, a economia nigeriana chegou perto do colapso, com a renda per capita real 30% menor do que no início do boom do petróleo, dez anos antes (THE WORLD BANK, 2018). A produção de petróleo também caiu, chegando a 1.240.000 bpd em 1982 (OPEC, 2019). O caos econômico e social demonstrava, de maneira perversa, o alto custo do mau uso da renda do petróleo na tentativa de patrocinar o desenvolvimento do país.

Após evidências claras de fraude nas eleições de agosto de 1983, os militares tomaram novamente o poder em dezembro, pondo fim à Segunda República, com a justificativa da perda de confiança no governo civil (LOVEJOY, 1992).

### **3.6. Segundo Período Militar e Terceira República (1983-1993)**

Em 31 de dezembro de 1983, o General Muhammadu Buhari assumiu como o quinto Chefe de Estado militar da Nigéria. Buhari foi escolhido pelos golpistas em função de sua conhecida disciplina profissional. Inclusive, Buhari foi o único governante militar da Nigéria que não se promoveu a general de quatro estrelas ao assumir o Estado. Buscando corrigir as falhas do governo anterior, Buhari adotou uma postura autoritária, restringiu a liberdade de imprensa e instituiu uma política chamada de Guerra Contra a Indisciplina, pregando o patriotismo, a ética no trabalho e o combate à corrupção, afetando todos os aspectos da vida nacional (LOVEJOY, 1992).

A negociação da dívida externa com o Fundo Monetário Internacional (FMI) era o maior desafio do governo. Apesar do compromisso de Buhari com a austeridade fiscal, o FMI insistia em medidas de reestruturação da economia ainda mais drásticas do que a população estava disposta a aceitar (LOVEJOY, 1992).

Agravando o quadro, ainda havia considerável insatisfação no Exército, cujo efetivo vinha sendo reduzido desde o final da Guerra Civil, de um total de 275.000 em 1969 para 80.000 no fim dos anos 1980. Em agosto de 1985, um golpe militar liderado pelo General Ibrahim Babangida removeu Buhari do poder (LOVEJOY, 1992).

Inicialmente, Babangida apresentou-se ao público e à mídia como um líder afetuoso e atencioso. Babangida libertou presos políticos, restaurou a liberdade de imprensa e assumiu o compromisso de levar em conta a opinião pública em suas decisões. Apesar de apoiar publicamente o retorno à democracia, Babangida agiu para atrasar o processo e permanecer no poder (AJAYI *et al*, 2019).

Em 1986, foi anunciado um plano para transferir o poder para um governo civil em 1990, posteriormente alterado para 1993. Babangida não acreditava que as eleições de 1993 ocorreriam e que, se ocorressem, a rivalidade entre o Norte e o Sul do país inviabilizaria seu resultado, mantendo o poder com os militares. Entretanto, as eleições ocorreram na data prevista e de forma livre, justa e pacífica. Babangida, de origem nortista, anulou as eleições antes da divulgação do resultado que, acreditava-se, daria a vitória a Moshood Abiola, um empresário e político iorubá. A anulação foi vista como mais um abuso da dominação política do Norte, levando a violentos protestos no restante do país. Babangida renunciou à presidência, empossando interinamente Ernest Shonekan, um civil iorubá, dando início à curta Terceira República (AJAYI *et al*, 2019).

### 3.7. Terceiro Período Militar (1993-1999)

Após três meses de governo, Shonekan foi derrubado pelo General Sani Abacha, no sexto golpe militar da história da Nigéria. O governo de Abacha criou novos estados, levando a Federação ao seu desenho atual com 36 estados e o Território da Capital Federal (FIG. 4). Abacha criou também as regiões geopolíticas Noroeste, Nordeste, Centro-Norte, Sudoeste, Sudeste e Sul Sul (também conhecida como Delta do Níger), juntando estados com grupos étnicos similares ou com uma história política em comum.

Apesar de Abacha ter prometido o retorno à democracia, seus atos foram tudo menos democráticos. Ele proibiu qualquer tipo de atividade política, demitiu uma grande parte dos militares, controlou a imprensa e criou uma força de segurança pessoal de cerca de três mil homens. Ao mesmo tempo em que enviava tropas para ajudar a restabelecer a democracia em outros países africanos em nome da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), Abacha reprimia brutalmente a oposição na Nigéria. Moshood Abiola, candidato à presidência em 1993, e Olusegun Obasanjo, presidente militar entre 1976 e 1979, foram presos, acusados de traição. Seu ato mais brutal foi a prisão, julgamento e execução, em 1995, do escritor Ken Saro-Wiwa e de outros ativistas do Delta do Níger, que denunciavam a degradação ambiental causada pelas petrolíferas e cobravam um maior porcentagem da renda do petróleo para as minorias étnicas da região (“ABACHA”, 2019).

No início de 1998, Abacha anunciou que eleições livres seriam realizadas no fim do ano. Entretanto, todos os cinco partidos políticos escolheram Abacha como único candidato à presidência, o que coloca dúvidas sobre sua real intenção de retornar o país à democracia. Abacha morreu em junho de 1998 em circunstâncias suspeitas, sendo sucedido por seu Chefe de Estado-Maior, General Abdulsalami Abubakar. Logo que assumiu o governo, Abubakar anunciou sua intenção de realizar a transição para a democracia (“ABACHA”, 2019).

### **3.8. Retorno à democracia - a Quarta República (1999 até os dias atuais)**

Em 1999, Olosegun Obasanjo foi eleito com 63% dos votos, dando início à Quarta República. Primeiro presidente civil em quinze anos, Obasanjo buscou reduzir a pobreza, combater a corrupção no governo e consolidar a democracia. Entretanto, as tensões étnicas e religiosas ocuparam o centro das atenções de seu governo, na medida em que incidentes de violência interna tornavam-se mais frequentes (“OBASANJO”, 2019).

Ainda em 1999, numa resposta ao que os líderes muçulmanos do Norte viam como uma dominação cristã da política (Obasanjo é cristão), o estado de Zamfara adotou a lei islâmica da Sharia, antes restrita a assuntos familiares, em seu sistema jurídico. Nos anos seguintes, mais onze estados de maioria muçulmana seguiram o mesmo caminho, desencadeando uma onda de violência inter-religiosa no norte do país e aumentando o medo de islamização da sociedade.

Apesar de seu estilo autoritário e da corrupção ainda evidente no governo, Obasanjo foi reeleito em 2003, numa disputa marcada pela tensão étnica e religiosa. Em 2006, Obasanjo tentou alterar a constituição para concorrer a um terceiro mandato, sem sucesso. No ano seguinte, Umaru Yar’Adua, do mesmo partido de Obasanjo, foi eleito presidente, em mais uma eleição marcada por episódios de violência, intimidação e fraude eleitoral (DENZER, 2019).

A posse de Yar’Adua marcou a primeira vez, na história da Nigéria, em que um presidente democraticamente eleito passou a presidência para outro. Yar’Adua tinha pela frente a difícil tarefa de manter os programas de desenvolvimento de seu predecessor e continuar a luta contra a corrupção. O maior desafio de seu governo, entretanto, seria pacificar o Delta do Níger, onde grupos militantes desencadearam uma onda de ataques às companhias petrolíferas, afetando a produção de petróleo e as receitas do governo (DENZER, 2019).

Entretanto, no fim de 2009, Yar’Adua adoeceu, permanecendo ausente do cargo por mais de dois meses enquanto se tratava na Arábia Saudita. Durante sua ausência, seu vice-presidente, Goodluck Jonathan, assumiu a presidência. Semanas depois de retornar ao país, já



em 2010, Yar'Ardua faleceu. Goodluck Jonathan completou o mandato de Ya'Ardua e venceu as eleições seguintes, em 2011, governando até 2015 (DENZER, 2019).

Ao assumir a presidência em 2012, Goodluck Jonathan anunciou que cortaria subsídio aos combustíveis, fazendo o preço da gasolina subir de U\$ 0,40 para U\$ 0,86. Uma onda de protestos por todo o país fez o governo voltar atrás na decisão, mantendo o subsídio.

O mandato de Jonathan foi dominado por uma violenta insurgência no nordeste do país, liderada pelo grupo islâmico Boko Haram. O grupo, fundado em 2002, atua contra a ocidentalização da sociedade, defendendo valores islâmicos e acusando a influência ocidental de ser a causa da corrupção na Nigéria. A exemplo do que Ya'Ardua fez com a militância do Delta do Níger, em abril de 2013 Jonathan propôs anistiar os insurgentes do Boko Haram caso entregassem suas armas e se desmobilizasse, o que foi rejeitado pelo grupo. Em resposta, o governo iniciou uma ofensiva militar de larga escala, incluindo ataques aéreos, contra o grupo, declara-o oficialmente um grupo terrorista ("BOKO HARAM", 2019).

Em agosto de 2014, o Departamento de Justiça dos EUA determinou a devolução à Nigéria de mais de U\$ 480 milhões, frutos de corrupção, apreendidos em contas internacionais ligadas a Sani Abacha, o último ditador militar da Nigéria (DOJ, 2014).

Nas eleições de 2015, Muhammadu Buhari, presidente militar de 1983 a 1985, foi eleito democraticamente para governar até 2019. (NWADIARU, 2018)

A partir dessa análise histórica, é possível observar a existência, desde o período colonial, de quatro consideráveis focos de tensão na Nigéria: a disputa pelo poder entre os três grupos majoritários, hausas-fulanis, iorubás e ibos; a luta das minorias étnicas por representatividade e autodeterminação; a hostilidade entre muçulmanos e cristãos; e a disputa pelo acesso e controle da renda do petróleo.

As questões étnicas e religiosas foram potencializadas pela política colonial britânica e, por ocasião da transição para a independência, pela insistência numa Nigéria única,

criada artificialmente para melhor atender aos interesses imperialistas. A política nigeriana reflete essa divisão, com partidos representando grupos étnicos majoritários e suas regiões de domínio, resumindo a disputa política numa luta pela supremacia étnico-religiosa.

Com a exploração do petróleo, o Estado já nasceu fraco, sofrendo com a corrupção e o comportamento rentista desde a independência, tanto no governo quanto na sociedade. O acesso à renda do petróleo e a disputa pelo seu controle levou a golpes militares, políticas populistas, dependência do setor privado no governo, políticas econômicas desastrosas, declínio da agricultura e endividamento externo tornaram a Nigéria suscetível ao surgimento de conflitos internos.

As tensões internas originadas na amalgamação de 1914 e abastecidas pelo petróleo levaram a uma traumatizante guerra civil, porém não foram resolvidas nesse lamentável episódio. O fim do regime militar reabriu espaço para a manifestação de questões étnicas e religiosas, reacendendo as tensões latentes. A falta de habilidade do Estado para solucionar essas questões permitiu a escalada desses movimentos, até tornarem-se insurgências de fato. No próximo capítulo, será estudado um conflito cuja história mistura-se com a do próprio Estado nigeriano: a militância no Delta do Níger.

#### **4. A MILITÂNCIA NO DELTA DO NÍGER**

Desde a década de 1960, a região do Delta do Níger tem sido palco de protestos pacíficos, repressão violenta e conflitos separatistas, alimentados pela riqueza do petróleo. A inabilidade de seguidos governos em resolver as questões da região levou ao surgimento de movimentos militantes, que atraíram a atenção internacional para a causa dos povos do Delta do Níger na década de 1990. A partir de então, a repressão das forças do governo federal, na defesa dos interesses das companhias multinacionais petrolíferas, levou à escalada da violência. Na década seguinte, os grupos insurgentes multiplicaram-se na região, passando a conduzir ataques a oleodutos e instalações petrolíferas e sequestrando operários de empresas estrangeiras.

##### **4.1. O Delta do Níger**

Geograficamente, o Delta do Níger é uma vasta planície costeira, localizada no extremo sul da Nigéria, onde o Rio Níger deságua no Golfo da Guiné, no Oceano Atlântico. O Delta se estende por 75.000 quilômetros quadrados entre os golfos de Benin e de Biafra, sendo a maior área alagada da África e uma das maiores do mundo. A região abriga uma grande biodiversidade, com florestas de mangues na região costeira e uma densa floresta tropical no interior (OBI; RUSTAD, 2011).

Em termos geopolíticos, o Delta do Níger coincide com a Região Sul-Sul, abrangendo nove dos 36 estados da Nigéria: Abia, Akwa-Ibom, Bayelsa, Cross River, Delta, Edo, Imo, Ondo e Rivers (FIG. 5). Levando em conta a produção petrolífera e a violência associada ao petróleo, destacam-se os estados de Bayelsa, Delta e Rivers (OBI; RUSTAD, 2011).

O Delta do Níger abriga uma população de 31 milhões de pessoas, pertencentes a mais de quarenta grupos étnicos, principalmente etnias minoritárias com pouca

representatividade na política nacional, como os ijaws, ibibios e ogonis. Tradicionalmente, essas comunidades sobreviviam da pesca, no litoral e áreas alagadas, e da agricultura, no interior (OBI; RUSTAD, 2011).

Desde 1958, quando os campos de Oloibiri começaram a produzir, a exploração de petróleo na região cresceu até responder por 75% da produção nacional, com mais de 600 campos petrolíferos, 5.284 poços, 10 terminais de exportação, 275 estações de fluxo e 10 usinas de geração a gás. A região é o ponto de partida para mais de 7.000 quilômetros de oleodutos e gasodutos que se estendem por todo o país (ODALONU, 2018).

Entretanto, a exploração de petróleo na região, com frequentes derramamentos de óleo e a poluição causada pela queima do gás não aproveitado, provocou graves danos ambientais, contaminando a água e o solo da região. Com rios mortos e o solo envenenado, a população local perdeu seus meios tradicionais de subsistência, agravando o quadro socioeconômico. Atualmente, os três estados da Nigéria com maior taxa de desemprego são Akwa Ibon (37,7%), Rivers (36,4%) e Bayelsa (32,6%), todos no Delta do Níger (NBS, 2019).

#### **4.2. Histórico de conflitos no Delta do Níger**

Em 1966, a Força de Voluntários do Delta do Níger (NDVF), um grupo formado por jovens da etnia ijaw liderados por Adaka Boro, declarou a República do Delta do Níger, numa tentativa de garantir a autodeterminação do povo ijaw e a posse e controle do petróleo em seu território. Boro queria evitar que os ibos, etnia majoritária da Região Leste, da qual o Delta fazia parte na época, e o governo federal saqueassem o petróleo da região. Após doze dias de luta contra o governo, a NVDF foi derrotada. Adaka Boro morreu em 1969, durante a Guerra Civil, lutando ao lado do exército federal contra Biafra, em defesa do território ijaw, assumindo um papel de mártir na causa pela autodeterminação das minorias étnicas no Delta do Níger (OBI; RUSTAD, 2011).

Durante os anos da Guerra Civil (1967-1970), o petróleo tornou-se a principal fonte de receita do governo federal e responsável pela maior parcela das exportações nigerianas. Em 1969, um decreto federal estabeleceu que a propriedade e controle de todo o petróleo cabia ao Estado, expropriando do Delta do Níger. Os sentimentos de exclusão e expropriação da população local foram ainda reforçados pela redução progressiva da alocação da renda do petróleo aos estados produtores, reduzindo o repasse de receitas do governo federal de 50% em 1966 para 3% nos anos 1990 (OBI; RUSTAD, 2011).

Em 1979, uma nova lei federal colocou todas as terras no país sob o controle do Estado, dando ao governo o poder de se apropriar da terra no “interesse público”. Nesses casos, a compensação pela terra alienada contabilizava apenas as lavouras e florestas, desconsiderando o valor do petróleo no subsolo. Essa política permitiu também que as companhias petrolíferas multinacionais negociassem suas concessões para exploração diretamente do governo federal, ignorando as comunidades locais (OBI; RUSTAD, 2011).

A característica de todo o processo de concessão e exploração é a exclusão das comunidades do Delta do Níger. A indústria do petróleo é um enclave econômico por natureza, uma vez que as companhias chegam na região com seu capital e mão de obra próprios. A maior parte das instalações é pré-fabricada em outros países, sendo montadas por operários estrangeiros. Os nativos não têm as qualificações necessárias para trabalhar nessa indústria altamente tecnológica. Como as companhias não têm conexão com o mercado local, a população não se beneficia com as demandas ou com a produção das instalações petrolíferas (UKIWO, 2011).

Foi nesse contexto que surgiu o Movimento para a Sobrevivência do Povo Ogoni (MOSOP), representando um dos menores grupos étnicos do Delta. Em 1990, o MOSOP apresentou a Carta de Direitos do Povo Ogoni ao governo federal, demandando autonomia local,

controle dos recursos de suas terras e compensação pela destruição ambiental causada pela exploração do petróleo (OBI; RUSTAD, 2011).

Sem obter resposta do governo, o MOSOP iniciou uma campanha internacional, coordenada por Ken Saro-Wiwa, um renomado escritor e ativista ogoni, tendo como principais alvos o governo e a Shell, chegando a forçar a companhia a interromper suas operações na região. A resposta do governo foi a repressão violenta e sistemática, incluindo incursões militares em aldeias ogonis e a prisão de líderes e simpatizantes do MOSOP. Após um julgamento considerado suspeito, Saro-Wiwa e outros oito membros do MOSOP foram condenados por incitar uma multidão a assassinar quatro chefes ogonis aliados do governo. Os nove foram enforcados em Port Haucort em novembro de 1995, marcando o início a uma série de operações de terror estatal destinadas a esmagar o MOSOP (OBI; RUSTAD, 2011).

As lições de Adaka Boro e do MOSOP de Saro-Wiwa inspiraram o surgimento de um novo movimento de resistência de minorias étnicas no Delta do Níger liderado pelos ijaw. Em dezembro de 1998, jovens ijaw de seis estados reuniram-se em Kaiama, cidade natal de Adaka Boro, criando o Conselho da Juventude Ijaw (IYC) e publicando a Declaração de Kaiama, onde pontuaram, entre outras coisas:

a. Que foi através da colonização britânica que a NAÇÃO IJAW foi forçadamente posta sob o Estado Nigeriano.

b. Que, se não fosse pelos interesses econômicos dos imperialistas, a nacionalidade étnica ijaw teria se desenvolvido como uma nação soberana distinta e separada, gozando de absoluta AUTONOMIA política, econômica, social e cultural.

c. Que a divisão do Protetorado do Sul em Leste e Oeste em 1939 pelos britânicos marcou o início da balcanização de povo ijaw, até então territorialmente contíguo e culturalmente homogêneo, em unidades políticas e administrativas, para nossa desvantagem. Essa tendência é continuada por meio da balcanização dos ijaws em seis estados - Ondo, Edo, Delta, Bayelsa, Rivers e Akwa Ibom, normalmente como minorias que sofrem privações sociopolíticas, econômicas, culturais e psicológicas (...).

i. Que a violência no território ijaw e em outras partes do Delta do Níger, por vezes manifestada em conflitos intra e interétnicos, é patrocinada pelo Estado e pelas companhias petrolíferas transnacionais, a fim de manter as comunidades do Delta do Níger divididas, enfraquecidas e distraídas das causas de seus problemas.” (TUDOLO; OGORIBA, 1998. Tradução nossa).<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> “a. That it was through British colonization that the IJAW NATION was forcibly put under the Nigerian State

Ao fim da declaração, os membros do IYC declararam que todas as terras e recursos naturais localizados em território ijaw pertenciam às comunidades ijaw, que não mais reconheciam os decretos que retiravam essa posse de suas comunidades e exigiram a retirada de todas as forças militares de ocupação e repressão, além de determinar que as companhias petrolíferas deixassem a região até o fim do mês (TUDOLO; OGORIBA, 1998).

Em resposta ao IYC, o governo militar declarou estado de emergência no Delta do Níger e enviou forças militares para a região, sufocando o movimento sem que as causas de seu surgimento recebessem atenção do Estado (OBI; RUSTAD, 2011).

### **4.3. A militância do Delta do Níger desde a redemocratização**

O retorno à democracia, em 1999, trouxe novas expectativas para as minorias do Delta do Níger, tanto de desmilitarização da região quanto de uma maior atenção aos problemas da população local. Paralelamente, a longa exposição à violência levou à radicalização dos jovens da região, que deixaram de acreditar em protestos pacíficos. A aliança entre o governo e as petrolíferas sempre reagiu com repressão violenta, tornando a própria violência uma forma legítima de protesto (OBI; RUSTAD, 2011).

Esses jovens ressentidos tornaram-se uma ferramenta política nas eleições de 1999 e 2003, quando foram organizados, armados e mobilizados pelos candidatos para manipular o resultado das urnas. A violência eleitoral, por sua vez, misturou-se aos conflitos comunais,

---

*b. That but for the economic interests of the imperialists, the Ijaw ethnic nationality would have evolved as a distinct and separate sovereign nation, enjoying undiluted political, economic, social, and cultural AUTONOMY.*

*c. That the division of the Southern Protectorate into East and West in 1939 by the British marked the beginning of the balkanisation of a hitherto territorially contiguous and culturally homogeneous Ijaw people into political and administrative units, much to our disadvantage. This trend is continuing in the balkanization of the Ijaws into six states-Ondo, Edo, Delta, Bayelsa, Rivers and Akwa Ibom States, mostly as minorities who suffer socio-political, economic, cultural and psychological deprivations.*

*i. That the violence in Ijawland and other parts of the Niger Delta area, sometimes manifesting in intra and inter ethnic conflicts are sponsored by the State and transnational oil companies to keep the communities of the Niger Delta area divided, weak and distracted from the causes of their problems.”*

políticas de resistência local e à luta por controle de recursos, evoluindo até tornar-se uma insurgência de fato, em 2006. Do complexo conflito nasceram milícias armadas como o Movimento para a Emancipação do Delta do Níger (MEND), os Vigilantes do Delta do Níger (NDV) e a Força de Voluntários do Povo do Delta do Níger (NDPVF). Os grupos militantes combinavam ataques a instalações petrolíferas e sequestro de funcionários das companhias multinacionais com o uso efetivo da mídia global, publicando sua luta pelo controle das receitas do petróleo pelos nativos do Delta do Níger (OBI; RUSTAD, 2011).

Em 2009, os ataques dos grupos militantes levaram à interrupção de um terço da produção total de petróleo da Nigéria, resultando em enormes perdas para o governo e para as companhias multinacionais. A violenta reação do governo foi ineficaz, com denúncias da participação das próprias forças de segurança no furto do petróleo. Por fim, as crescentes pressões domésticas e internacionais, levaram o governo a implementar um programa de anistia aos militantes do Delta do Níger (OBI; RUSTAD, 2011).

O Presidente Yar'Adua introduziu o Programa de Anistia Presidencial (PAP) em 2009, oferecendo um novo recomeço para os militantes do Delta do Níger. O programa envolvia o desarmamento, desmobilização e reintegração dos militantes da região. Aproximadamente 30.000 pessoas inscreveram-se no programa como ex-militantes, porém somente 2.700 armas foram entregues (GOLDEN-TIMSAR, 2018).

Sob os termos da anistia, os militantes que entregassem suas armas e se desmobilizassem receberiam benefícios e não seriam processados. O benefícios oferecidos pelo governo incluíam educação formal na Nigéria ou no exterior, pequenos empréstimos para abertura de negócios e um estipêndio mensal de cerca de US\$ 400, significativamente maior que o salário mínimo no país, de US\$ 60. Inicialmente, a anistia resultou numa grande redução nos ataques contra a indústria petrolífera, levando a um aumento da produção. Planejado para durar



cinco anos, o programa está em vigor até hoje, porém já começou a apresentar falhas (EBIEDE; LANGER, 2017).

A própria natureza do programa de anistia é a sua maior fraqueza. O pagamento dos estípidios é feito aos ex-comandantes de milícias, que ficam encarregados de repassar o dinheiro aos seus ex-combatentes. Além aumentar o poder político desses ex-comandantes, o modelo de distribuição manteve intacta a estrutura hierárquica da militância, em vez de desmobilizá-la. Além disso, o valor significativo dos estípidios, superior ao salário de muitas profissões, incentiva o comportamento rentista dos ex-militantes, que deixam de procurar emprego (GOLDEN-TIMSAR, 2018).

Outra compensação financeira aos ex-comandantes são os contratos de segurança, onde as companhias petrolíferas multinacionais pagam às milícias para protegerem (ou deixarem de atacar) oleodutos e outras instalações petrolíferas. Uma forma de extorsão, esses contratos justificam a manutenção de grupos organizados e armados. (GOLDEN-TIMSAR, 2018).

Por sua vez, os problemas por trás da militância, como a alocação de recursos, o desenvolvimento socioeconômico regional, a degradação ambiental, a qualificação profissional e a disponibilidade de empregos não foram resolvidos. Assim, com sua organização e armamento preservados, os grupos militantes mantiveram sua capacidade e motivação para conduzir ataques (GOLDEN-TIMSAR, 2018).

Sem resolver as causas do ressentimento da população local, o programa de anistia foi sustentado pelo pagamento dos estípidios e dos contratos de segurança, numa política de compra da paz. Em poucos anos, essa política mostrou-se insustentável. Devido à queda nos preços do petróleo no mercado internacional, o governo suspendeu temporariamente os pagamentos, em maio de 2015, reacendendo as tensões na região (GOLDEN-TIMSAR, 2018).

Ao ser eleito, no fim de 2015, o presidente Muhammadu Buhari anunciou que implementaria um plano para reduzir gradualmente os pagamentos da anistia, como objetivo de suspendê-lo de vez até 2018. No orçamento de 2016, o governo cortou 70% dos recursos do programa, além de cancelar contratos de segurança com alguns ex-comandantes de milícias, acusados de fraude contratual (ONUOHA, 2016).

Com a ameaça do fim dos pagamentos do programa de anistia, os ex-combatentes rapidamente retornaram aos velhos padrões de resistência. Novos grupos militantes surgiram, como os Vingadores do Delta do Níger (NDA), desencadeando uma violenta onda de ataques a bomba a oleodutos e outras infraestruturas críticas, derrubando a produção nacional de 2.200.000 bpd para 1.100.000 bpd, a menor em 30 anos (EBIEDE; LANGER, 2017). Só no fechamento do terminal de Qua Iboe, evacuado pela ExxonMobil, a Nigéria perdeu cerca de U\$ 14 bilhões diariamente, agravando as perdas de receita do governo com a queda dos preços do petróleo (ONUOHA, 2016).

Além de afetar as exportações de petróleo e a arrecadação do governo, o ressurgimento da militância no Delta do Níger também estrangulou o fornecimento de gás natural para as usinas geradoras de energia elétrica da região, afetando o fornecimento de energia em todo o país. A geração de energia elétrica na Nigéria caiu de 4.800 megawatts em agosto de 2015 para 1.000 megawatts em maio de 2016, afetando a indústria, o setor de serviços e a população em geral (ONUOHA, 2016).

Os ataques à infraestrutura petrolífera, declaradamente destinados a pressionar as companhias e o governo a atender as reivindicações das minorias do Delta do Níger, também prestam-se a financiar suas operações, através do furto do petróleo e derivados. O *bunkering* mostrou-se uma atividade altamente lucrativa, misturando grupos militantes com quadrilhas de criminosos e agentes públicos corruptos, inclusive das próprias forças de segurança que combatiam as milícias. Por outro lado, os ataques e furtos foram responsáveis por 75% de todos

os derramamentos de óleo no Delta do Níger entre 2009 e 2013, agravando a degradação ambiental na região, uma das bandeiras da própria militância (RALBY, 2017).

Nessa fronteira indefinida entre a causa militante e a ganância criminosa, a nova onda de violência também impactou a segurança marítima no golfo da Guiné. A pirataria e o roubo armado contra navios<sup>15</sup> originados na Nigéria tornaram-se uma séria ameaça à indústria petrolífera e a navegação no Golfo da Guiné. Estima-se que 70% de todos os incidentes de pirataria e roubo armado contra navios na região estão diretamente relacionados a gangues criminosas nigerianas, em sua maioria baseadas no Delta do Níger (ONUOHA, 2016). Em 2018, foram registrados 48 ataques e tentativas de ataques a navios ao largo da Nigéria, um aumento de 220% sobre as quatorze ocorrências registradas em 2015. Como referência, em 2018 houve somente três registros na região da Somália (IMB, 2019). Caso persista o ciclo de escalada da violência, é provável que o NDA e outros grupos similares intensifiquem os ataques a navios e plataformas (ONUOHA, 2016).

Os piratas do Golfo da Guiné podem ser mais violentos do que os da Somália, com vários registros de disparos efetuados contra os navios (IMB, 2019). Enquanto os piratas somalis sabem que podem ficar sem receber o dinheiro do resgate caso algo aconteça com seus reféns, os piratas nigerianos estão interessados basicamente no petróleo e outras cargas valiosas, sem preocupação a tripulação (BELLO, 2018). Nos registros do International Maritime Bureau (IMB), constam casos de roubo de petróleo e outras cargas e também de sequestro de tripulantes ou mesmo do navio inteiro. Em muitas situações, a Marinha Nigeriana é alertada e chega a tempo de frustrar os atacantes, que fogem levando somente os pertences da tripulação e o dinheiro do cofre do navio; em outras, houve o pagamento de resgate. (IMB, 2019).

---

<sup>15</sup> Numa definição simplificada, “pirataria” é qualquer ato ilícito de violência, detenção ou depredação, cometido pela tripulação ou passageiros de um navio ou aeronave privada, cometido em alto mar contra um navio ou aeronave, ou pessoas ou bens embarcados (UN, 1982). Quando o ato é cometido nas águas territoriais de um Estado, é denominado “roubo armado contra navios” (IMO, 2010).

## **5. ANÁLISE DA MILITÂNCIA NO DELTA DO NÍGER SOB A PERSPECTIVA DE ROSS**

No segundo capítulo, foram apresentadas as hipóteses de Ross para o surgimento de conflitos internos, enriquecidas com o trabalho de outros autores. Segundo Ross, o petróleo pode influenciar o surgimento de conflitos internos através de quatro mecanismos: o enfraquecimento do Estado, o ressentimento da população local, o incentivo ao separatismo e o financiamento de grupos rebeldes. A seguir, será analisado o caso particular da militância no Delta do Níger, procurando identificar sua relação com os mecanismos propostos por Ross.

A análise da história da Nigéria mostra a fraqueza do Estado, primeira hipótese de Ross, originada no período colonial e agravada pelo acesso pernicioso a renda do petróleo e pela disputa pelo seu controle, já visíveis ao final do período da Primeira República. A disputa chegou a tal ponto que levou aos golpes militares de 1966 e à Guerra Civil, demonstrando a capacidade do petróleo inflamar questões étnicas latentes, deflagrando conflitos internos. O uso das armas na disputa pelo governo não se limitou a esse período, repetindo-se como forma básica de mudança de regime na Nigéria até a redemocratização, em 1999. Somente em 2007 que um presidente democraticamente eleito passou o cargo para outro.

Com grande parte da receita do governo originada não em impostos da população, mas na exploração do petróleo, o Estado nigeriano desenvolveu uma relação de insensibilidade com seus cidadãos e de cumplicidade com as companhias petrolíferas multinacionais. A destruição ambiental no Delta do Níger, resultado de décadas de leniência do governo com as petrolíferas, e a pronta repressão a protestos contra as companhias são provas dessa cumplicidade.

A renda do petróleo ajudou a sustentar os regimes autoritários nigerianos, usando artifícios como a alocação de recursos aos estados e o subsídio aos combustíveis. As minorias étnicas do Delta do Níger, entretanto, sempre se sentiram injustiçados nessa alocação, uma vez

que julgavam que eram insuficientemente compensados pela degradação ambiental e disrupção social causadas pela exploração do petróleo.

A imensa escala da renda do petróleo parecia fornecer a solução para todos os problemas da Nigéria, o que não se mostrou uma verdade duradoura. Planos desenvolvimentistas ambiciosos aumentaram o tamanho do setor público, o endividamento do governo e a dependência do setor privado no Estado, sem no entanto realizar reformas estruturantes, levando a graves crises econômicas nos períodos de queda dos preços do petróleo. O próprio programa de anistia das milícias do Delta do Níger, que promoveu a compra da paz na região, sem atacar as raízes do ressentimento da população local, também desmoronou quando a queda dos preços do petróleo inviabilizou a continuidade dos pagamentos.

A situação no Delta do Níger é praticamente um exemplo didático da segunda hipótese de Ross, o ressentimento da população local. Para os povos do Delta, a exploração do petróleo trouxe a degradação ambiental, a destruição de seus meios de subsistência e a desapropriação de suas terras tradicionais. Seria possível haver alguma compensação pelos danos causados pela exploração do petróleo, porém decretos governamentais de apropriação do petróleo e de terras tornam desnecessária qualquer interação das companhias petrolíferas multinacionais com a população local. O próprio caráter de enclave da indústria petrolífera, que não emprega a população local nem interage com a economia local, deixando somente o impacto negativo da exploração como legado para a região.

Quando esse sentimento de exploração sem compensação é associado à questão étnica da Nigéria, forma-se o ambiente perfeito para a terceira hipótese de Ross: o incentivo a separatismo. Desde a independência, as minorias étnicas do Delta do Níger têm buscado maior reconhecimento, mais autonomia e uma fatia maior da renda do petróleo, produzido quase que exclusivamente na região. O sentimento separatista por trás das tentativas frustradas de secessão

de Adaka Boro, em 1966, e de Biafra, em 1967, apareceu novamente com a redemocratização, figurando na Declaração de Kaiama e na agenda de vários grupos militantes.

Esses grupos militantes, incentivados e armados por políticos locais com interesses próprios, multiplicaram-se e hoje a causa das minorias do Delta do Níger mistura-se com a ganância criminosa. Com a ameaça do fim do pagamento dos estipêndios da anistia e do cancelamento dos contratos de segurança, o recomeço dos ataques à infraestrutura petrolífera criou um ambiente caótico perfeito para o *bunkering* e toda a sorte de atividades criminosas. Os ataques a oleodutos e navios petroleiros para o furto do petróleo e sequestros são altamente lucrativos para as milícias, gangues criminosas e, em virtude da cultura de corrupção e rentismo que permeia o governo e a sociedade, também para forças de segurança e políticos locais, diminuindo o interesse na solução do conflito.

Diante do exposto neste capítulo, é seguro afirmar que o petróleo teve papel central na construção do contexto em que se desenvolveu a militância no Delta do Níger, bem como para seu ressurgimento após a anistia de 2009. O Estado nigeriano, autoritário, rentista e sem capacidade de resolver as tensões internas; o sentimento de exploração sem compensação da população local; a opressão às minorias étnicas do Delta do Níger, em sua busca por autodeterminação e recursos; e o financiamento das milícias, através do furto do petróleo e do sequestro de funcionários de petrolíferas confirmam as hipóteses propostas por Ross para a influência de riquezas naturais no surgimento de conflitos internos. As questões étnicas e religiosas existentes na Nigéria por si só já proporcionam um ambiente favorável ao surgimento de conflitos, porém são amplamente potencializadas pela riqueza do petróleo no Delta do Níger.

## 6. CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, procurou-se identificar, sob a perspectiva das hipóteses propostas por Ross (2004), de que forma o petróleo contribuiu para os conflitos internos existentes na região do Delta do Níger, na Nigéria.

Diante dos argumentos apresentados, pôde ser confirmado que os conflitos no Delta do Níger, que têm sua origem antes da Guerra Civil Nigeriana (1967-1970) e vêm agravando-se desde a redemocratização do país, em 1999, estão intimamente ligados à riqueza do petróleo. O resultado da pesquisa não surpreende, uma vez que a Nigéria é frequente objeto de estudos sobre a maldição dos recursos naturais.

Não obstante, a pesquisa da bibliografia complementar proporcionou o aprofundamento das hipóteses de Ross para o surgimento de conflitos internos, permitindo identificar os mecanismos particulares da renda do petróleo que fragilizam instituições, potencializam ressentimentos e alimentam a ganância, criando um ambiente instável e suscetível a conflitos.

Cabe destacar, no entanto, que as tensões existentes na Nigéria não têm sua origem na riqueza do petróleo. A formação do Estado nigeriano, uma imposição colonial com o propósito de atender aos interesses britânicos na região, juntou sob a mesma bandeira etnias e religiões sem identificação mútua. As negociações preparatórias para a independência e os anos da Primeira República já indicavam a dificuldade em se acomodar as demandas e desejos de uma população tão heterogênea. À dicotomia Norte-Sul, entre muçulmanos e cristãos, soma-se a disputa entre os grupos étnicos majoritários, hausas-fulanis, ibos e iorubás. Oprimidas entre os choques desses grandes grupos, a minorias étnicas são preteridas nas políticas públicas e na alocação de recursos, alimentando o ressentimento e a busca por autonomia e representatividade. Somente por essas questões, a Nigéria já seria um barril de pólvora, pronto a explodir em conflitos interétnicos e inter-religiosos.

Os efeitos perniciosos da riqueza do petróleo funcionaram como catalisadores para as tensões étnico-religiosas latentes. A fragilização das instituições, o conluio entre governo e petrolíferas, a falta de democracia, a degradação ambiental, a alocação injusta das receitas e os planos desenvolvimentistas desastrosos serviram para aprofundar as diferenças entre os grupos rivais, inflamando o sentimento de injustiça e atiçando a ganância pela imensa renda do petróleo.

O insucesso do programa de anistia de 2009 mostrou que a solução para o conflito no Delta do Níger não se resume à distribuição de dinheiro. Em primeiro lugar, é necessário atender às questões que deram origem ao ressentimento da população local, através da recuperação ambiental da região e de uma alocação de receitas que reconheça o papel dos estados produtores. Em paralelo, é importante buscar meios de reduzir o caráter de enclave da indústria petrolífera, incentivando sua interação com as comunidades locais. Para isso, é primordial que se invista em educação, a fim de melhor qualificar a mão de obra local, possibilitando que assumam vagas de trabalho especializadas. O fortalecimento das instituições e o combate à corrupção também são essenciais, a fim de permitir o aproveitamento eficiente e democrático da imensa renda do petróleo, bem como possibilitar o combate aos grupos criminosos que se aproveitam da militância para lucrar com o furto de petróleo.

Embora as conclusões deste estudo tenham sido capazes de identificar os mecanismos que levaram aos conflitos do Delta do Níger, novas linhas de pesquisa podem ser desenvolvidas para preencher lacunas ainda existentes.

Em particular, seria fundamental aprofundar a investigação sobre as relações existentes entre a política nigeriana e a atuação dos grupos insurgentes; sobre a participação de empresas petrolíferas multinacionais na complexa rede logística dos grupos criminosos que atuam no furto do petróleo nigeriano; e sobre os incidentes de pirataria e roubo armado no Golfo da Guiné. Um melhor entendimento da natureza das milícias, bem como da rede criminosa que age sob sua sombra pode melhor direcionar os esforços do governo para solucionar o conflito.



## REFERÊNCIAS

ABACHA, Sani. In: Encyclopædia Britannica, 2019. Disponível em <<https://www.britannica.com/biography/Sani-Abacha>>. Acesso em 11 jul. 2019.

AJAYI, J.F. Ade *et al.* Nigeria. In: Encyclopædia Britannica, 2019. Disponível em <<https://www.britannica.com/place/Nigeria>>. Acesso em 11 jul. 2019.

AWOLOWO, Obafemi. *Path to Nigerian Freedom*. Londres: Faber & Faber, 1947 *apud* EKPU, Ray. Geographical expression: So what? *The Guardian*, 15 ago. 2017. Disponível em <<https://guardian.ng/opinion/geographical-expression-so-what/>>. Acesso em 12 jul. 2019.

BAXTER, Peter. *Biafra: The Nigerian Civil War, 1967-1970*. Solihull: Helion & Company, 2014. Livro digital. (Africa@War vol. 16).

BELLO, Muhammad. *Nigeria: Piracy on the rise in the Gulf of Guinea*. Bonn: Deutsche Welle Akademie, 13 abr. 2018. Artigo. Disponível em <<https://www.dw.com/en/nigeria-piracy-on-the-rise-in-the-gulf-of-guinea/a-43375090>>. Acesso em 29 jul. 2019.

BOKO HARAM. In: Encyclopædia Britannica, 2019. Disponível em <<https://www.britannica.com/topic/Boko-Haram>>. Acesso em 02 ago. 2019.

CHAN, Mauricio Aparecido. *Leituras sobre a Guerra de Biafra (1967-1970): As Versões do Conflito nos Textos de História e Literatura*. 62 f. Monografia (Licenciatura em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

CHETE L. N. *et al.* Industrial development and growth in Nigeria: Lessons and challenges. *Learning to Compete Series*, Working Paper No. 8. Washington: Brookings Institution, 2014. 38 p. Disponível em <[https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/07/L2C\\_WP8\\_Chete-et-al-1.pdf](https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/07/L2C_WP8_Chete-et-al-1.pdf)>. Acesso em 16 jul. 2019.

DENZER, LaRay. *Umaru Musa Yar'Adua*. In: Encyclopædia Britannica, 2019. Disponível em <<https://www.britannica.com/biography/Umaru-Musa-YarAdua>>. Acesso em 21 jul. 2019.

DOJ – U.S. Department of Justice. *U.S. Forfeits Over \$480 Million Stolen by Former Nigerian Dictator in Largest Forfeiture Ever Obtained Through a Kleptocracy Action*. Washington: Department of Justice, Office of Public Affairs, 07 ago. 2014. Press release. Disponível em <<https://www.justice.gov/opa/pr/us-forfeits-over-480-million-stolen-former-nigerian-dictator-largest-forfeiture-ever-obtained>>. Acesso em 21 jul. 2019.

EBIEDE, Tarila Marclint; LANGER, Arnim. How amnesty efforts in the Niger Delta triggered new violence. *The Conversation*, Boston, 08 mar. 2017. Artigo. Disponível em <<https://theconversation.com/how-amnesty-efforts-in-the-niger-delta-triggered-new-violence-74085>>. Acesso em 31 jul. 2019.

EERE - Office of Energy Efficiency & Renewable Energy. Fact #986: The Price of a Barrel of Crude Oil in 2016 Was the Lowest Since 2003. *Facts of the week*, 2017. Disponível em <<https://www.energy.gov/eere/vehicles/articles/fact-986-july-17-2017-price-barrel-crude-oil-2016-was-lowest-2003>>. Acesso em 06 jul. 2019.

EIA - U.S. Energy Information Administration. *International Energy Statistics: Total Petroleum and Other Liquids Production*, 2019. Tabela. Disponível em <<https://www.eia.gov/beta/international/data/browser/>>. Acesso em 08 jul. 2019.

EITI - Extractive Industries Transparency Initiative. *Nigeria*, 2019. Disponível em <<https://eiti.org/nigeria>>. Acesso em 07 jul. 2019.

EKUNDARE, R. Olujemi. *An Economic History of Nigeria 1860-1960*. Londres: Methuen & Co, 1973. 458 p. Disponível em <[https://www.sahistory.org.za/sites/default/files/file%20uploads%20/r\\_olufemi\\_ekundare\\_an\\_economic\\_history\\_of\\_nigerbook4you.org\\_.pdf](https://www.sahistory.org.za/sites/default/files/file%20uploads%20/r_olufemi_ekundare_an_economic_history_of_nigerbook4you.org_.pdf)>. Acesso em 15 jul. 2019.

EZEALA-HARRISON, Fidel. Structural Re-Adjustment in Nigeria: Diagnosis of a Severe Dutch Disease Syndrome. *The American Journal of Economics and Sociology*, v. 52, n. 2, 1993 p. 193-208. Disponível em: <[www.jstor.org/stable/3487057](http://www.jstor.org/stable/3487057)>. Acesso em 06 maio 2019.

FAUCON, Benoît; HINSHAW, Drew. Tiny Ghana Oil Platform's Big Output Sparks Scrutiny. *Wall Street Journal*, Nova Iorque, 21 ago. 2014. Disponível em <<https://www.wsj.com/articles/tiny-ghana-oil-platforms-big-output-sparks-scrutiny-1408669517>>. Acesso em 05 jul. 2019.

FORSYTH, Frederick. *The Biafra History: The Making of an African Legend*. Barnsley: Pen & Sword Military, 2015. 291 p. Livro digital.

GEOATLAS - GRAPHI-OGRE. *Administrative map of Nigeria*. Ilustração. Disponível em <<https://www.shutterstock.com/pt/image-illustration/administrative-map-nigeria-149193476?src=XN6xW6Pb1I7psmA6ov6uhQ-1-1>>. Acesso em 29 jul. 2019.

GOLDEN-TIMSAR, Rebecca. Amnesty And New Violence In The Niger Delta. *Forbes*, 20 mar. 2018. Disponível em <<https://www.forbes.com/sites/uhenergy/2018/03/20/amnesty-and-new-violence-in-the-niger-delta/>>. Acesso em 21 jul. 2019.

GRZYBOWSKI, Alex. *Toolkit and Guidance for Preventing and Managing Land and Natural Resources Conflict: Extractive Industries and Conflict*. Nova Iorque: United Nations Interagency Framework Team for Preventive Action, 2012. 48 p. Disponível em <[https://www.un.org/en/land-natural-resources-conflict/pdfs/GN\\_Extractive.pdf](https://www.un.org/en/land-natural-resources-conflict/pdfs/GN_Extractive.pdf)>. Acesso em 27 mar 2019.

IMB – International Maritime Bureau. *Piracy and Armed Robbery Against Ships: Report for the Period 1 January – 31 December 2018*. Londres, jan. 2019. Relatório. Disponível em <<https://www.icc-ccs.org/index.php/1259-imb-piracy-report-2018-attacks-multiply-in-the-gulf-of-guinea>>. Acesso em 01 ago. 2019.

IMO - International Maritime Organization. *Resolution A.1025(26): Code of Practice for the Investigation of Crimes of Piracy and Armed Robbery Against Ships*. Londres, 18 jan. 2010. Resolução. Disponível em <<http://www.imo.org/en/OurWork/Security/PiracyArmedRobbery/Guidance/Documents/A.1025.pdf>>. Acesso em 01 ago. 2019.

KALDOR, Mary (Ed.); KARL, Terry Lynn (Ed.); SAID, Yahia (Ed.). *Oil Wars*. Londres: Pluto, 2007. 294 p.

KARL, Terry Lynn. *The Paradox of Plenty: Oil Booms and Petro-States*. Berkeley: University of California, 1997. Livro digital.

\_\_\_\_\_. The Perils of the Petro-State: Reflections on the Paradox of Plenty. *Journal of International Affairs*, v. 53, n. 1, p. 31-48, 1999. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/24357783>>. Acesso em 06 maio 2019.

LEGIT.NG. *Regions of Nigeria 1960-1963*. Ilustração. Disponível em <<https://www.legit.ng/1096789-states-creation-nigeria-creators.html>>. Acesso em 29 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. *States of Nigeria 1967-1976*. Ilustração. Disponível em <<https://www.legit.ng/1096789-states-creation-nigeria-creators.html>>. Acesso em 29 jul. 2019.

LOVEJOY, Paul E. Historical Setting. In: METZ, Helen Chapin (Ed.). *Nigeria: A Country Study*. Washington: Federal Research Division, Library of Congress, 1992. p. 4-154. Disponível em <https://www.loc.gov/item/92009026/>. Acesso em 16 jul. 2019.

MAJASKI, Christina. Rent-Seeking. *Investopedia*, 23 abr. 2019. Disponível em <<https://www.investopedia.com/terms/r/rentseeking.asp>>. Acesso em 11 jul. 2019.

MCCULLIN, Don. *Starving Twenty Four Year Old Mother with Child*. Biafra, 1968. Fotografia. Disponível em <<https://www.tate.org.uk/art/artworks/mccullin-starving-twenty-four-year-old-mother-with-child-biafra-ar01204>>. Acesso em 29 jul. 2019.

MURRAY, David J. Postindependence Politics. In: HOEPLI, Nancy L. (Ed.). *West Africa Today. The Reference Shelf*, v. 42, n. 6. Nova Iorque: H. W. Wilson, 1971. p. 69-73.

NAFZIGER, E. Wayne. Economy. In: METZ, Helen Chapin (Ed.). *Nigeria: A Country Study*. Washington: Federal Research Division, Library of Congress, 1992. p. 155-202. Disponível em <https://www.loc.gov/item/92009026/>. Acesso em 16 jul. 2019.

NBS - National Bureau of Statistics. *Nigerian Gross Domestic Product Report (Q4 2016)*. Abuja, 2017. 139 p. Relatório. Disponível em <<https://nigerianstat.gov.ng/download/518>>. Acesso em 07 jul. 2019.

NBS - National Bureau of Statistics. *Labor Force Statistics - Volume 2: Unemployment and Underemployment by State (Q3 2018)*. Abuja, 2019. 135 p. Relatório. Disponível em <<https://nigerianstat.gov.ng/download/929>>. Acesso em 23 maio 2019.

NWADIARU, Robert. *Nigeria: A Failed State?: Profound Treatise on a Crippled Giant*. Herndon: Mascot Books, 2018. Livro digital.

NWANKWO, Arthur Agwuncha; IFEJIKI, Samuel Udochukwu. *Biafra: the Making of a Nation*. London: Praeger, 1969. 361 p.

OBASANJO, Olusegun. In: *Encyclopædia Britannica*, 2019. Disponível em <<https://www.britannica.com/biography/Olusegun-Obasanjo>>. Acesso em 21 jul. 2019.

OBI, Cyril Obi; RUSTAD, Siri Aas. Introduction: Petro-Violence in the Niger Delta-The Complex Politics of an Insurgency. In: OBI, Cyril Obi (Ed.); RUSTAD, Siri Aas (Ed.). *Oil and Insurgency in the Niger Delta: Managing the complex Politics of Petro-Violence*. London: Zed Books, 2011. p. 1-16. Disponível em <<http://nai.diva-portal.org/smash/get/diva2:387024/FULLTEXT01.pdf>>. Acesso em 22 jul. 2019.

OCHONU, Moses. The roots of Nigeria's religious and ethnic conflict. *Public Radio International*, 10 mar. 2014. Disponível em <https://www.pri.org/stories/2014-03-10/roots-nigerias-religious-and-ethnic-conflict>. Acesso em 11 jul. 2019.

ODALONU, Boris Happy. Paradox of Poverty in the Midst of Abundant Resources: The Politics of Oil Resources and Renewed Insurgency in the Niger Delta Region of Nigeria. *Research in Social Sciences*, v. 1, n. 1, p. 9-19, 2018. Disponível em <<http://academiainsight.com/index.php/2641-5305/article/view/2/2>>. Acesso em 21 jul. 2019.

OLOWOFESO, Emmanuel O. *2014 Statistical Bulletin: Public Finance Statistics*. Abuja: Central Bank of Nigeria, 2015. Disponível em <[https://www.cbn.gov.ng/Out/2015/SD/2014%20Statistical%20Bulletin\\_Section%20B\\_Final.xlsx](https://www.cbn.gov.ng/Out/2015/SD/2014%20Statistical%20Bulletin_Section%20B_Final.xlsx)>. Acesso em 18 jul. 2019.

ONUOHA, Freedom C. *The Resurgence of Militancy in Nigeria's Oil-Rich Niger Delta and the Dangers of Militarisation*. Meca: Ajazeera Centre for Studies, 2016. 9 p. Relatório. Disponível em <http://studies.aljazeera.net/en/reports/2016/06/resurgence-militancy-nigerias-oil-rich-niger-delta-dangers-militarisation-160608065729726.html>. Acesso em 29 jul. 2019.

OPEC - Organization of the Petroleum Exporting Countries. *Annual Statistical Bulletin 2019*. Viena, 2019. 128 p. Disponível em <<https://asb.opec.org/>>. Acesso em 08 jul. 2019.

OSAGHAE, Eghosa. Government and Politics. In: METZ, Helen Chapin (Ed.). *Nigeria: A Country Study*. Washington: Federal Research Division, Library of Congress, 1992. p. 203-252. Disponível em <https://www.loc.gov/item/92009026/>. Acesso em 16 jul. 2019.

OWEISS, Ibrahim M. Economics of Petrodollars. *The Economic Dimensions of Middle Eastern History*. Princeton: The Darwin Press, 1990. p. 179-199. Disponível em <<http://faculty.georgetown.edu/imo3/petrod/petro2.htm>>. Acesso em 06 jul. 2019.

RALBY, Dr. Ian M. *Downstream Oil Theft: Global Modalities, Trends, and Remedies*. Washington: Atlantic Council/Global Energy Center, 2017. 112 p. Relatório. Disponível em <[https://www.atlanticcouncil.org/images/publications/Downstream\\_Oil\\_Theft\\_web\\_0327.pdf](https://www.atlanticcouncil.org/images/publications/Downstream_Oil_Theft_web_0327.pdf)>. Acesso em 05 jul. 2019.

ROSS, Michael L. How do natural resources influence civil war? Evidence from thirteen cases. *International Organization*, v. 58, n. 1, p. 35-67. Cambridge: Cambridge University, 2004. Disponível em <[http://www.uky.edu/~clthyn2/PS439G/readings/ross\\_2004.pdf](http://www.uky.edu/~clthyn2/PS439G/readings/ross_2004.pdf)>. Acesso em 27 mar 2019.

\_\_\_\_\_. *A maldição do petróleo*. Porto Alegre: Citadel, 2015. 320 p. L

THE WORLD BANK. *World Bank Open Data: GDP per capita (constant 2010 US\$)*. Washington: The World Bank, 2018. Disponível em <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.KD?locations=NG>>. Acesso em 11 jul. 2019.

TUDOLO, Felix; OGORIBA, Timi Kaiser-Wilhelm. *The Kaiama Declaration*. Kaiama: Ijaw Youth Council, 11 dez. 1998. Declaração. Disponível em <<http://www.unitedijaw.com/kaiama.htm>>. Acesso em 24 jul. 2019.

UCHE, Chibuiké. Oil, British Interests and the Nigerian Civil War. *The Journal of African History*. Nova Iorque: Cambridge University Press, v. 49, n. 1, p. 111-135, 2008. Disponível em: <[www.jstor.org/stable/40206616](http://www.jstor.org/stable/40206616)>. Acesso em 23 mar. 2019.

UKIWO, Ukoha. The Nigerian state, oil and the Niger Delta crisis. In: OBI, Cyril Obi (Ed.); RUSTAD, Siri Aas (Ed.). *Oil and Insurgency in the Niger Delta: Managing the complex Politics of Petro-Violence*. London: Zed Books, 2011. p. 17-27. Disponível em <<http://nai.diva-portal.org/smash/get/diva2:387024/FULLTEXT01.pdf>>. Acesso em 22 jul. 2019.

UN – United Nations. *United Nations Convention on the Law of the Sea*. Montego Bay, 10 dez. 1982. Disponível em <[https://www.un.org/depts/los/convention\\_agreements/texts/unclos/unclos\\_e.pdf](https://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf)>. Acesso em 01 ago. 2019.

WORLD POVERTY CLOCK. Viena: World Data Lab, 2019. Banco de dados eletrônico. Disponível em <<https://worldpoverty.io>>. Acesso em 30 jul. 2019.

## ANEXO A

## ILUSTRAÇÕES

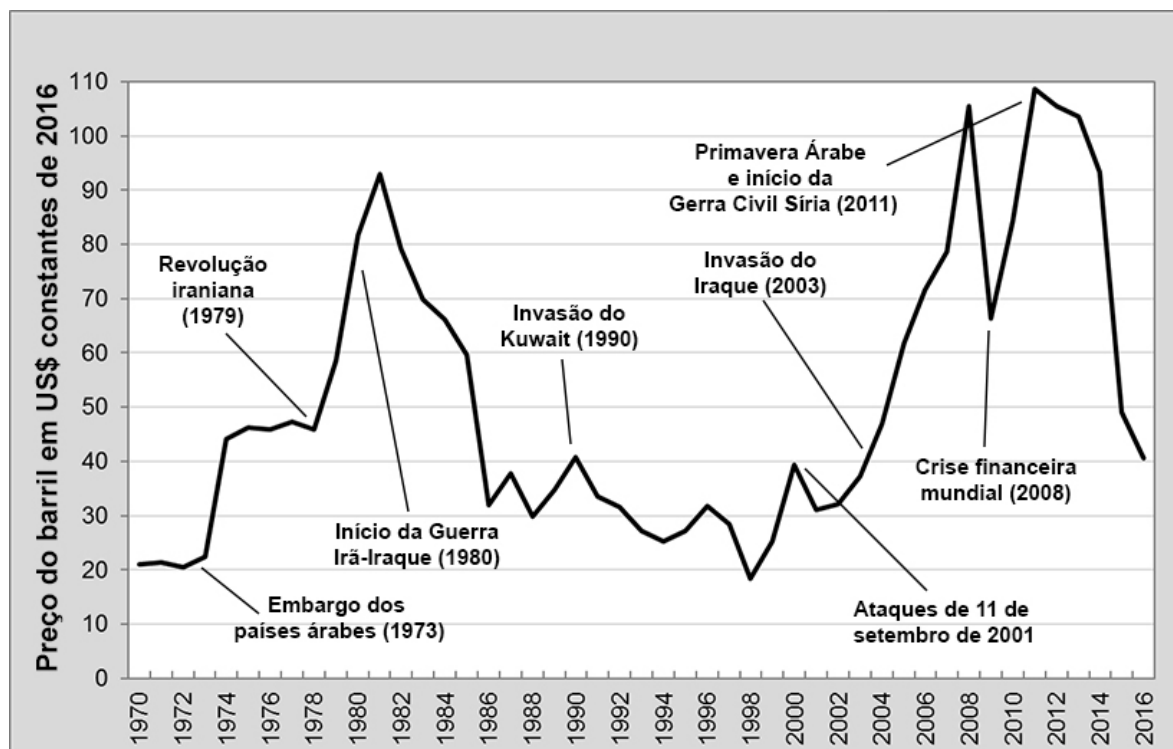


GRÁFICO 1 - Histórico da cotação do barril do petróleo entre 1970 e 2016.

Fonte: EERE, 2017 (adaptação nossa).



FIGURA 1 - Regiões da Nigéria, 1960-1963.

Fonte: LEGIT.NG (adaptação nossa).



FIGURA 2 - Estados da Nigéria, 1967-1976.

Fonte: LEGIT.NG (adaptação nossa).

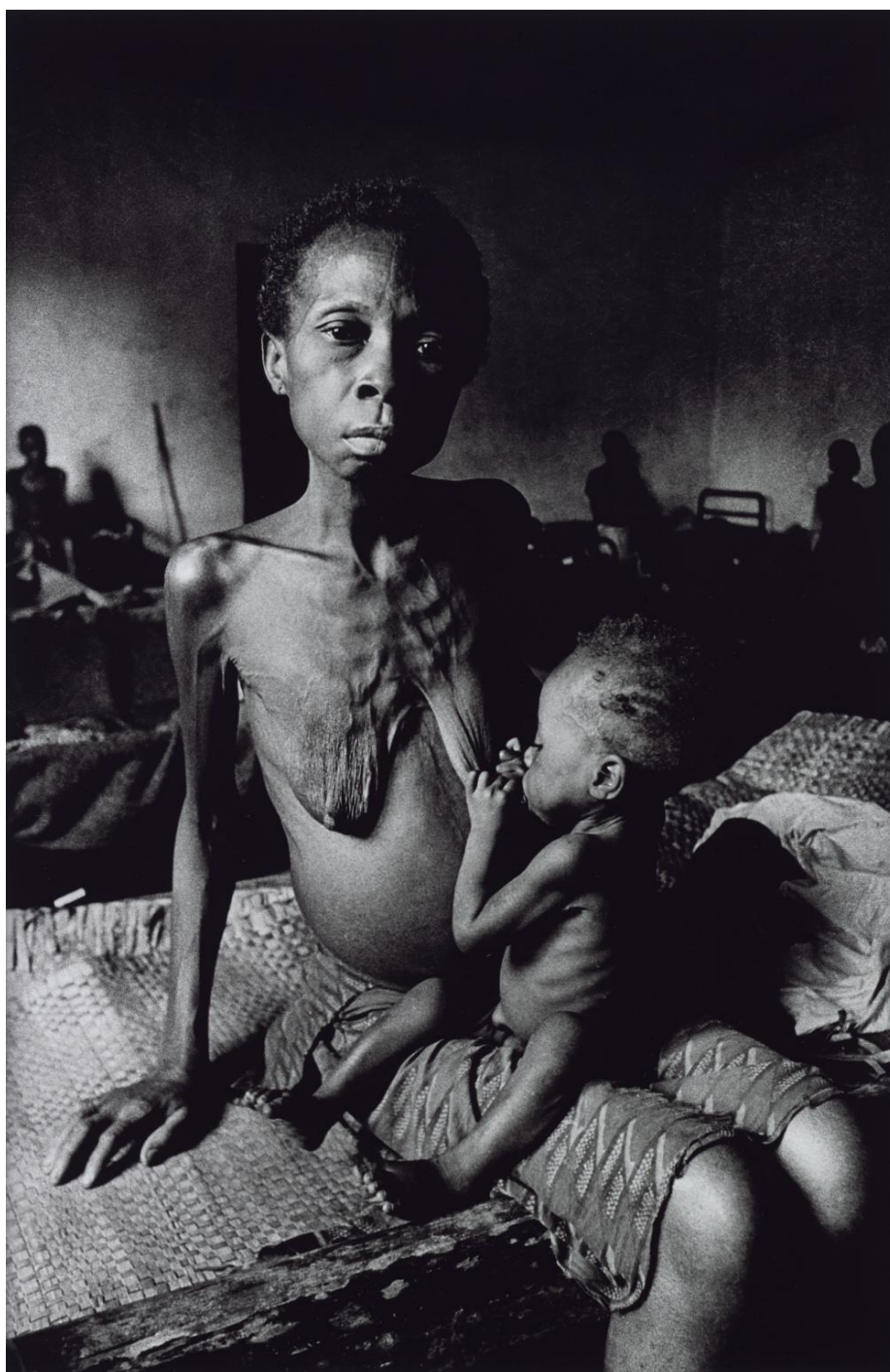


FIGURA 3 - Mãe faminta de 24 anos de idade com criança, Biafra.

Fonte: MCCULLIN, 1968.





FIGURA 4 - Estados da Nigéria, desde 1996.

Fonte: GEOATLAS - GRAPHI-OGRE.

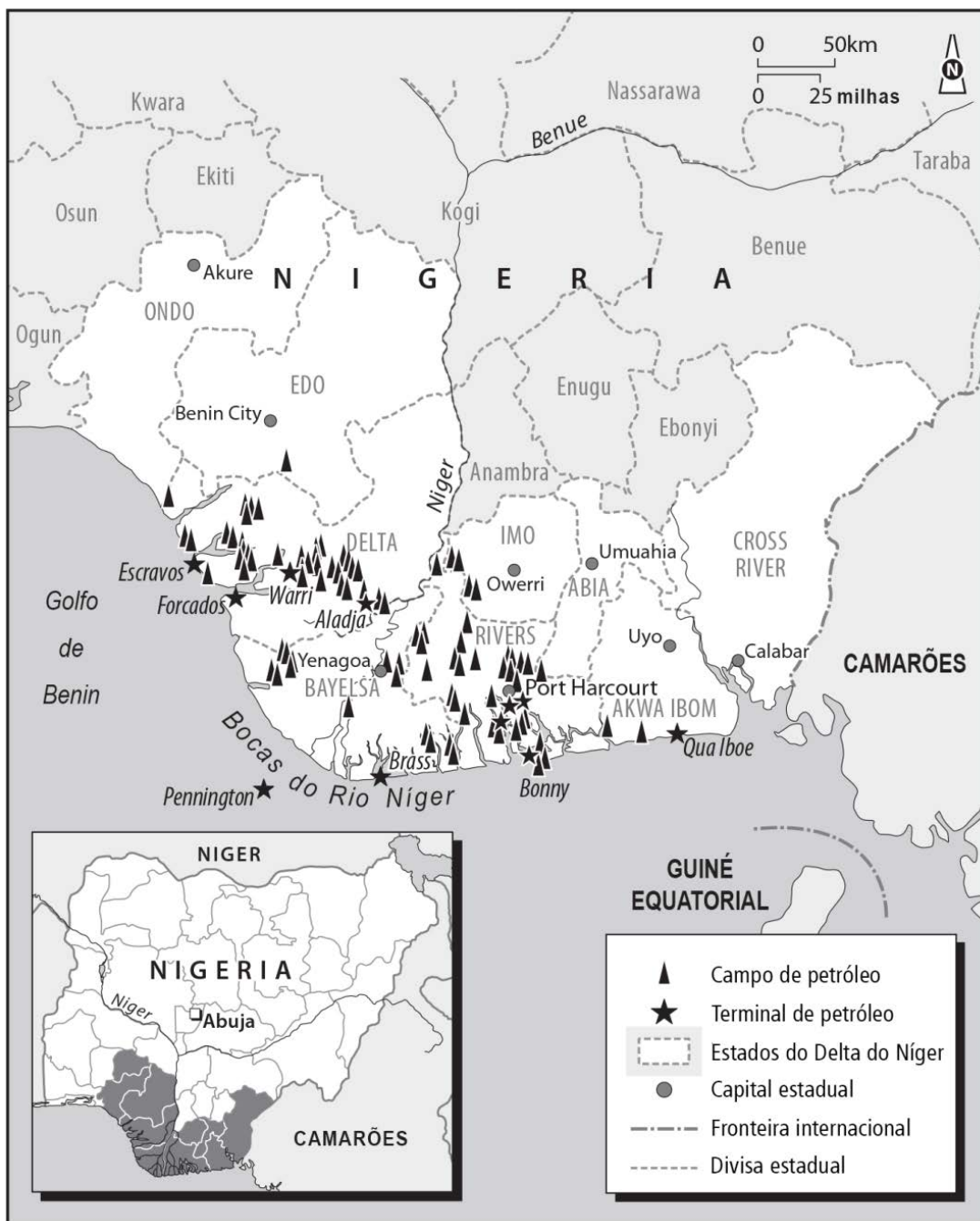


FIGURA 5 - Mapa dos estados do Delta do Níger.

Fonte: ORBI; RUSTAD, 2011 (tradução nossa).